

**CONTRATO CEDAE Nº 189/2019 (DRM)**  
que entre si celebram a **COMPANHIA**  
**ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**(CEDAE)**, e a **CRATER CONSTRUÇÕES**  
**LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA e de seu DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA.**, sediada na Av. das Américas, 2.480, bloco 4, salas 137 a 140, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ n. 00.615.133/0001-72, neste ato por meio de seus sócios administradores, Sr. PEDRO OSÓRIO VARGAS DA SILVA FILHO, e Sr. ROBERTO TORRES QUINTANILHA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato autuado no **Processo Administrativo E-12/800.047/2019**, mediante **Dispensa de Licitação n. 016/2019 (DRM)**, com fundamento no art. 29, inciso XV da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente ajuste são os **"SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELETROMECCÂNICA E CIVIL NAS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA NA ÁREA FORMAL DA DRM"**, conforme Resolução de Diretoria, datada de 30 de janeiro de 2020, inserida às fls. 470/471 do processo administrativo referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

- 2.1. Inserem-se no escopo desta contratação o projeto básico (anexo I), o Acordo de Nível de Serviços (Anexo II), bem como a proposta da **CONTRATADA** autuada às fls. 363 a 391 do processo administrativo de referência, cujos conteúdos, embora não transcritos, passam a compor o presente instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b – emitir eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
- d – nomear Comissão para o acompanhamento e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - Conduzir o objeto de acordo com o projeto básico e sua proposta técnica, inseridos, respectivamente, às fls. 05 a 28 e 363 a 391 do processo de referência, bem como de acordo com as normas aprovadas para sua execução, em estrita obediência às leis vigentes;
- b- Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- c - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- d - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos em virtude de Lei, com vigência a partir da data de início do objeto até seu aceite definitivo;
- e - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- f- Atender a todas as solicitações de natureza técnica, bem como os métodos de inspeção e controle realizados pela **CEDAE**, assim como fornecer todos os dados e esclarecimentos solicitados em razão da execução do objeto;
- g- Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;

- h- Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- i- Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- j- Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- k- Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- l- Providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis técnicos envolvidos na execução do objeto, conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77;
- m- A gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002;
- n - A **CONTRATADA** poderá ser chamada a disponibilizar as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com o Projeto Executivo, para fins de verificação de adequação da solução adotada;
- o- Dependendo do tipo de serviço a ser executado, a **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução do objeto e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui;
  - o.1 – A medições serão realizadas com base no que fora efetivamente realizado pela **CONTRATADA**.
- p- A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização do escopo desta contratação, até seu aceite definitivo;

- q- A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, bem como as demais normas referentes à acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/2004;
- r- Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%;
- s- A **CONTRATADA** deverá reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ;
- t – A **CONTRATADA** deverá manter um DIÁRIO no local, transferindo à propriedade da **CEDAE**, ao final, todas as plantas e desenhos relativos ao objeto; e
- u - A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo.
- 5.2. A fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue.
- 5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "r", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

- 5.4. Dependendo do serviço a ser executado, a **CONTRATADA** fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da **CEDAE**, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado às fls. 393 do processo administrativo de referência;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;
- b) o juízo formado sobre o andamento dos serviços, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

- 5.5. Ao final, o Diário referido será transferido à propriedade do **CEDAE**.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

6.2. A **CONTRATADA** se declara ciente e de acordo com o fato de que esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente pela **CEDAE** tão logo se conclua o procedimento licitatório já iniciado para o mesmo objeto; caso em que será pago somente aquilo que houver sido executado, sem qualquer indenização por perdas e danos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR DO CONTRATO

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto, em regime de empreitada por preço unitário, pelo valor estimado de **R\$ 5.492.283,44 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme tabela de itens autuada às fls. 361 a 391 do processo administrativo de referência.

- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Conta Orçamentária: 411110301  
Fonte de Recursos: 10  
Código Orçamentário: 33903918  
Centro de Custos: DM00000000  
ID da Reserva Orçamentária: 2020000246

#### CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1. O valor desta contratação será irrevogável.

#### CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica dos seguintes profissionais: Sr. ROJAIRIO MARCELLO KERHEISBAUMER, engenheiro civil, CREA 2004108612, Sr. CELSO ALBERTO FARAH PAIXÃO, engenheiro eletricitista, CREA 2006125986 e Sr. VICENTE CARLOS TEIXEIRA, engenheiro mecânico, CREA 1980102311, que ficarão autorizados a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.
- 9.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 9.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.9 deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro de fls. 393 do processo administrativo de referência, após aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do adimplemento de cada período.

10.1.1. Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa do serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver item 10.09 e 10.10 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos do art. 191, §1º do RILC.

10.1.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 10.6.

- 10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADERSCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

- 10.3. Mensalmente, a **CEDAE** estabelecerá a programação dos serviços que deverão ser executados.

- 10.4. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados aceitos pela Fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro contratual autuado às fls. 393 do processo administrativo de referência, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

- 10.5. De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.

- 10.6. A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.

10.7. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.

10.8. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.

10.9. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

**10.10** - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do serviço prestado;
- b) prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;
- c) folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela CONTRATADA;
- e) Prova da Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FTGS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, exigível apenas quando a CONTRATADA estiver enquadrada na situação prevista na cláusula quarta, letra "r", deste instrumento.

**10.11** - Apenas quando vencidas, as seguintes certidões também deverão ser reapresentadas juntamente com a documentação acima, como condição à realização dos pagamentos: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo TRT.

**10.11.1** - A ausência de qualquer dos documentos mencionados como condição aos pagamentos impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RHC, e importará em

notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

**10.11.2** - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão no item "iii" da cláusula 14.6.

**10.12** – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1. A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no art. 70, §1º da Lei 13.303/2016.
- 11.2. O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.
- 11.3. A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).
- 11.4. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
  - II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
  - III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

- 11.6. Se a **CONTRATADA** optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "**Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço**", com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.
- 11.7. Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.
- 11.8. A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.
- 11.9. A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.
- 11.10. A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a CONTRATADA desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.
- 11.11. Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.
- 11.12. A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.
- 11.13. O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.
- 11.14. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

- 11.15. A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 12.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços, bem como as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 12.2. Na execução do objeto contratual serão seguidas as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CEDAE** (RILC), bem como os dispositivos da CEDAE-DPO-1, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 12.3. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.
- 12.4. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.4.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.
- 12.5. Todos os materiais/equipamentos empregados na execução do serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes e Controles de Qualidade determinados pela Fiscalização.

- 12.6. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.
- 12.7. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.
- 12.8. A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado pela Fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação no objeto da contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:
- a) advertência;
  - b) multa administrativa;
  - c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 14.3. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 14.1, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, parágrafo primeiro, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.
- 14.4. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do item 14.1, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

14.5. A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do item 14.1, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima quarta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

14.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 10.11.

14.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

14.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

14.9. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

14.10. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

14.10.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.12. Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima quarta, item 24.8, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

15.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I – ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III – decisão judicial ou arbitral.

**15.3.** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**15.4.** Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**15.5.** A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**15.6.** A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**15.7.** A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS CONTRATUAIS

17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. Desde que não se altere a natureza do objeto, o contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, conforme disposições contidas no art. 207 do RILC.

18.2. Os contratos celebrados nos regimes de "empreitada por preço unitário", "empreitada por preço global", "contratação por tarefa", "empreitada integral" e "contratação semi-integrada" somente poderão ser alterados nos casos e na forma admitida nos artigos 42, §1º, IV, e 81 da Lei nº 13.303/2016.

- 18.3. Os contratos cujo regime de execução seja a "contratação integrada" não serão passíveis de alteração, exceto quando esta possibilidade estiver expressamente prevista em sua matriz de riscos, e não decorrer de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da contratada, conforme §8º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.4. Quando houver necessidade de alteração do contrato para a inclusão de itens novos, estes serão definidos com base nos preços da tabela EMOP vigentes à época da estimativa orçamentária, considerando-se em sua cotação os descontos oferecidos pela **CONTRATADA** em sua proposta, bem como a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação (quando houver BDI), atualizados financeiramente pelo índice contratualmente previsto.
- 18.5. Em não sendo possível identificar o preço pelo método definido no item anterior, a **CEDAE** se guiará pelo disposto no art. 35, inciso I, letras "a" do RILC, aplicando-se ao preço apurado o desconto ofertado pela **CONTRATADA**, sem atualização financeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO**

- 19.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

- 20.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 20.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS**

21.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

22.1. Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

22.2. A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

22.3. Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

22.4. O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

22.5. Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- I. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- II. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- III. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- IV. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- V. A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

- VI.** O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- VII.** De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- VIII.** A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- IX.** Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- X.** O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

22.6. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

23.1. O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

**23.2.** A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

**23.3.** A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**23.4.** De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**23.5.** No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**23.6.** Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**23.7.** Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**23.8.** A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017**

24.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

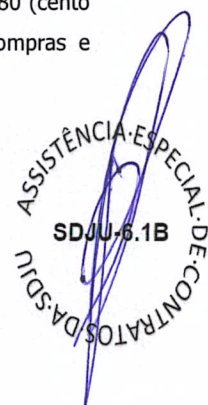
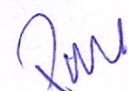
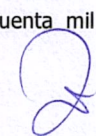
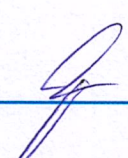
24.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

24.3. A violação aos itens 24.1 e 24.2 pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

24.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos itens 24.1 e 24.2, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

24.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

24.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e



serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

- 24.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.
- 24.8. O não atendimento ao disposto no item anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.
- 24.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.
- 24.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.
- 24.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.
- 24.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.
- 24.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."
- 24.14. A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- 25.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução dos serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- 25.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.
- 25.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços de que cuida

este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

26.1. O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

26.2. Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.


#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

27.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

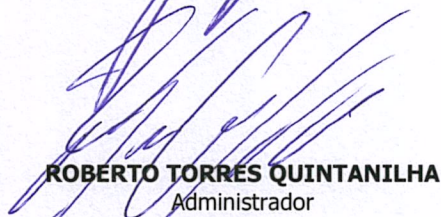
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2020.

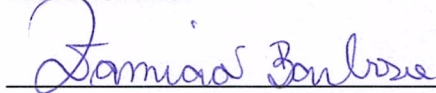
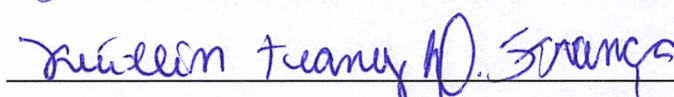
Pela **CEDAE**:

  
**HELIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Presidente  
**JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**PEDRO OSÓRIO VARGAS DA SILVA FILHO**  
Administrador  
**ROBERTO TORRES QUINTANILHA**  
Administrador

TESTEMUNHAS:

Contr-CRATER-serviço-manutenção-eletromecânica-DL-016-2019-DRM-VBO

## ANEXO I

### PROJETO BÁSICO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELETROMECAÂNICA E CIVIL NAS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA NA ÁREA FORMAL DA DRM

#### 1. OBJETO

Este Projeto Básico define as condições para a contratação de serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica e civil de equipamentos e instalações das Estações Elevatórias de Água (EEAs) que estão sob a responsabilidade da Diretoria da Região Metropolitana - DRM, compreendendo:

- a) manutenção preditiva, preventiva e corretiva das instalações elétricas de baixa e alta tensão, inclusive subestações e painéis de distribuição de força e comando de motores elétricos (partida direta, soft starter, estrela x triângulo, inversor de frequência);
- b) manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos, tais como:
  - bombas centrífugas, submersas, autoaspirantes, in-line, bi-partidas e injetoras;
  - motores elétricos assíncronos, monofásicos ou polifásicos;
  - válvulas de gaveta, retenção tipo dupla portinhola e fechamento rápido tipo “wafer”, e válvulas borboleta;
  - demais equipamentos utilizados nas unidades operacionais da CEDAE;
- c) pequenas recuperações de estruturas metálicas;
- d) reparo de pintura industrial em equipamentos e tubulações;
- e) reparo de solda em tubulações;
- f) manutenção preditiva, preventiva e corretiva das instalações prediais, tais como sistema de para-raios, instalação hidráulica, instalação elétrica (tomadas, iluminação interna e externa) e civil (estruturas, esquadrias, pintura, alvenaria, telhado); e
- g) recuperação estrutural de bases de bombas e motores.

As Coordenações a serem consideradas no escopo destes serviços estão relacionadas abaixo e pertencem ao DDRM-6A (Departamento de Eletromecânica e Manutenção Civil da ADRM-6) da

Assessoria da ADRM-6 (Assessoria de Eletromecânica e Logística da DRM) da DRM (Diretoria da Região Metropolitana),

Essas Coordenações dividem sua área de atuação por diversos bairros do Rio de Janeiro e os municípios da Baixada Fluminense, sendo os principais envolvidos diretamente nos serviços a serem contratados.

1. Coordenação Eletromecânica Sul, Centro e Norte – CDRM-6A (Rio de Janeiro somente);
  - GDRM-7 – DDRM-7A;
  - GDRM-9 – DDRM-9A, DDRM-9C, DDRM-9E;
  - GDRM-10 – DDRM-10A, DDRM-10C.
2. Coordenação Eletromecânica Baixada – CDRM-6B;
  - GDRM-12 – DDRM-12A, DDRM-12C, DDRM-12E, DDRM-12G, DDRM-12I, DDRM-12K.
3. Coordenação Eletromecânica Oeste e Costa Verde – CDRM-6C;
  - GDRM-8 – DDRM-8A;
  - GDRM-10 – DDRM-10E, DDRM-10G;
  - GDRM-11 – DDRM-11A, DDRM-11B, DDRM-11C.

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Os serviços a serem contratados referem-se à manutenção preditiva, preventiva e corretiva das unidades operacionais da CEDAE (elevatórias) situadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Estes serviços visam aumentar a confiabilidade operacional das unidades, melhorando a sua eficiência, rapidez e qualidade dos serviços prestados, evitando-se prejuízos com paradas operacionais, desconforto para os clientes e imagem negativa da empresa junto à população.

Em geral, a manutenção constitui-se na conservação de todos os equipamentos e das instalações elétricas, mecânicas, hidráulicas e civis, de forma que todos estejam em condições ótimas de operação quando solicitados ou, em caso de defeitos, que estes possam ser reparados no menor tempo possível e da maneira tecnicamente mais correta.

Como meta, deseja-se migrar do atual estado dominante, caracterizado pela manutenção corretiva, para o estado preditivo e preventivo, caracterizado pelas seguintes condições:

- a) redução do número de intervenções corretivas, principalmente em momentos críticos, tais como períodos noturnos, fins de semana, períodos críticos de produção e distribuição, e etc.;
- b) aumento da vida útil dos equipamentos, máquinas e instalações;
- c) aumento considerável da taxa de utilização anual dos sistemas de distribuição de água.

### 3. TIPO DE CONTRATAÇÃO

- 3.1. O critério de julgamento das propostas será o menor preço, em conformidade com o Art. 54 da Lei nº 13.303/2016.
- 3.2. O contrato destinado à execução dos serviços de manutenção utilizará o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o Art. 43 da Lei nº 13.303/2016.
- 3.3. O modo de disputa será fechado, em conformidade com o Art. 52 da Lei nº 13.303/2016.

### 4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 4.1. Informações gerais.

- 4.1.1. Os serviços de manutenção descritos no capítulo OBJETO, estão relacionados na Planilha de Serviços da CEDAE com as respectivas quantidades divididas por Coordenação da DDRM-6A.
- 4.1.2. Os quantitativos dos serviços foram determinados para execução no período de 180 dias, contados a partir da emissão da Ordem de Início.
- 4.1.3. É de inteira responsabilidade da Contratada a execução de todas as atividades necessárias à completa realização dos serviços contratados, em consonância com as prescrições contidas neste Projeto Básico, no Edital, no Contrato e na Planilha de Serviços da CEDAE.

#### 4.2. Manutenção preditiva e preventiva.

- 4.2.1. A manutenção preditiva e preventiva das elevatórias e equipamentos deve ser periódica, baseada nas condições e na análise de dados coletados através de monitoração ou inspeções em campo.
- 4.2.2. As técnicas de monitoramento na manutenção preditiva incluem: aparelhos que exercem vigilância constante predizendo a necessidade do reparo, análise de vibração, medições de temperatura, medições de parâmetros elétricos (corrente e tensão), monitoria de processo, inspeção visual, análise dos óleos, análise do estado das superfícies, análises estruturais de peças e outras técnicas de análise não-destrutivas.
- 4.2.3. Após as inspeções descritas, a Contratada deve fornecer à fiscalização uma relação dos itens verificados, devidamente assinado pelo responsável técnico da contratada, e um relatório detalhado no caso da ocorrência de anormalidades.
- 4.2.4. Os serviços de manutenção preditiva e preventiva devem ser executados em todos os equipamentos existentes nas unidades operacionais da CEDAE. Suas especificações e quantidades estão descritas na Planilha Orçamentária.
- 4.2.5. A manutenção preditiva e preventiva das elevatórias e equipamentos deve ser executada com base nas orientações e demandas das Coordenações da DDRM-6A e na própria experiência da Contratada no ramo, e em consonância com as recomendações deste Projeto Básico.
- 4.2.6. As orientações da manutenção poderão ser alteradas a qualquer tempo pela Contratante, que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à Contratada por escrito, a qual terá o prazo máximo de cinco dias úteis para promover os acertos necessários.
- 4.2.7. O responsável técnico da Contratada deve obter autorização prévia da Contratante caso julgue necessário realizar alterações ou complementações nas rotinas de manutenção já estabelecidas para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos e sistemas.
- 4.3. Manutenção corretiva.
- 4.3.1. A manutenção corretiva deve ser realizada somente na ocorrência de panes ou defeitos nos sistemas das elevatórias e mediante a prévia autorização da Contratante.

- 4.3.2. A manutenção corretiva possui o objetivo de reparação, restauração, conserto, substituição de equipamentos, componentes ou peças para a correção de falhas, devendo ser minimizada com a prática constante da predição, prevenção e planejamento.
- 4.3.3. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas deve receber prévia autorização da Contratante. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes devem correr por conta da Contratada.
- 4.3.4. Nos sistemas ou equipamentos que se encontrarem em período de garantia dos respectivos fabricantes, os serviços de manutenção corretiva somente podem ser realizados após a constatação de que a causa do problema não decorre de defeito coberto pela garantia.
- 4.3.5. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a Contratada deve comunicar o fato à fiscalização no prazo de vinte e quatro horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo responsável técnico da Contratada, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.
- 4.3.6. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, deve ser atribuída à Contratada a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.
- 4.3.7. A Contratada deve apresentar laudo técnico, assinado pelo seu responsável técnico, sobre toda ocorrência de defeito nos sistemas ou equipamentos da Contratada no prazo de vinte e quatro horas, contados a partir da sua identificação, especificando a causa e o tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios.
- 4.3.8. Os serviços de manutenção corretiva devem ser executados somente quando necessário, em todos os equipamentos existentes nas elevatórias em conformidade com a Planilha Orcamentária.
- 4.4. Transportes.
- 4.4.1. Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela Contratada, a serem empregados na realização dos serviços de manutenção, devem ser embalados adequadamente para transporte rodoviário e os custos do transporte e do seguro devem correr as expensas da Contratada.

- 4.4.2. A Contratada deve arcar com as despesas de transporte e seguro de equipamentos e materiais defeituosos, cobertos pela garantia.
- 4.4.3. Os veículos tipo pick-up utilizados para os serviços constantes no objeto em questão devem atender às seguintes exigências:
- a) tipo - cabine dupla (quatro portas);
  - b) deve possuir no máximo dois anos de fabricação e estar em bom estado de conservação;
  - c) cor - branca com a indicação "A serviço da CEDAE".
- 4.4.4. Os veículos empregados nos serviços de manutenção não podem ser de abastecimento a gás.
- 4.5. Qualificações.
- 4.5.1. Os serviços que compõem o objeto deste Projeto Básico devem ser executados por profissionais especializados, com conhecimento devidamente comprovado e escolaridade correspondente à função a ser exercida, com avaliação técnica a ser efetuada pela Contratante, e possuir perfil adequado que permita um bom relacionamento para o desempenho das suas atividades.
- 4.5.2. As manutenções preditiva, preventiva e corretiva devem ser desenvolvidas por profissionais enquadrados nas seguintes especializações, obedecendo as atribuições estabelecidas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):
- a) supervisor de manutenção eletromecânica, industrial, comercial e predial (CBO 9501-10);
  - b) mecânico de equipamentos industriais (CBO 9113-05);
  - c) mecânico de manutenção de bombas (CBO 9111-10);
  - d) eletricista de manutenção eletroeletrônica (CBO 9511-05);
  - e) soldador (CBO 7243-15);
  - f) técnico em eletromecânica (CBO 3003);
  - g) torneiro mecânico (CBO 7212-15);
  - h) ajudante (CBO 5143-10).

4.5.3. Obrigatoriamente, os profissionais que trabalham expostos à eletricidade devem se enquadrar às exigências da Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10), instituída pela Portaria nº 598/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego, devendo apresentar à Fiscalização no prazo de noventa dias, contados da data da emissão da Ordem de Início, cópias dos seguintes documentos para cada trabalhador:

- a) certificado de qualificação em trabalhos de eletricidade;
- b) habilitação dos técnicos de eletricidade, previamente qualificados e com registro no competente conselho de classe;
- c) autorização a trabalhar em instalações elétricas, emitida pela Contratada;
- d) certificado dos cursos em NR-10 e SEP (Sistema Elétrico de Potência);
- e) certificado do curso NR-33, trabalho em espaço confinado;
- f) certificado do curso NR-35, trabalho em altura.

4.5.4. A CEDAE, de acordo com seu interesse, poderá envolver os profissionais em treinamentos específicos e de novas tecnologias, patrocinadas pela mesma, que visem melhorar a qualidade dos seus serviços, sem ônus para a Contratada, salvo os custos decorrentes de deslocamento e diárias, ou outras despesas, que devem de responsabilidade da Contratada.

4.6. Condições para a realização dos serviços.

4.6.1. Os serviços devem ser executados sem causar transtornos e sem produzir sujeira nas instalações da Contratante, devendo os recintos, onde forem realizados os serviços, serem limpos ao final dos mesmos, sem ônus para a Contratante.

4.6.2. Os empregados da Contratada devem portar crachá de identificação plastificado, constando, de forma bem legível, nome, fotografia e o nome da Contratada, com a seguinte indicação - "A SERVIÇO DA CEDAE".

4.6.3. A Contratada deve disponibilizar telefones celulares para os seus supervisores de serviços para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou para acompanhamento, pela fiscalização, dos serviços em andamento. Os custos de telefonia devem correr por conta da Contratada, sem ônus para a CEDAE e para os trabalhadores

contratados. Os telefones celulares devem estar devidamente habilitados para receber e transmitir ligações sem limitação de tempo de uso e devem estar permanentemente ativos.

4.6.4. Todos os serviços de manutenção devem ser realizados sem o desligamento de equipamentos ou unidades operacionais. As paralisações de equipamentos e unidades operacionais que se fizerem necessárias devem ser programadas e aprovadas pela fiscalização ou pelo Coordenador de Manutenção de cada Órgão.

4.6.5. Todos os serviços previstos neste Projeto Básico devem ser realizados no horário comercial de segunda-feira a sexta-feira. Serviços em outros horários e/ou fins de semana e feriados podem ser realizados desde que aprovados pela Fiscalização.

## 5. VISITA TÉCNICA

5.1. Os interessados podem realizar visita técnica às diversas unidades do Departamento e Coordenações relacionadas abaixo até o segundo dia útil antes da entrega das propostas, que deve ser marcada com os respectivos responsáveis da Contratante.

Coordenação	Nome do responsável	Telefone
DDRM-6A	Juan Luiz Alves de Freitas Fernandez	(21) 98528-0762
CDRM-6A	Paulo Vitor Silveira Primo	(21) 98528-0524

5.2. A visita técnica pode ser realizada por qualquer interessado, não sendo obrigatória para fins de participação no certame, porém a licitante que optar pela não realização da visita técnica deve apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, sob as penas da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar a Administração.

## 6. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O prazo máximo para execução dos serviços é de 180 dias corridos e será contado a partir do dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para a execução dos serviços.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.
- 7.2. Fornecer e utilizar os materiais e equipamentos na quantidade e qualidade necessárias. Caso seja necessário o uso de ferramentas para execução dos serviços de manutenção que não sejam do uso diário, estas devem ser providenciadas pela Contratada em até cinco dias úteis, contados a partir da identificação da sua necessidade, ressalvados os casos emergenciais em que o fornecimento deve ser imediato, sem nenhum ônus adicional para o CEDAE.
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos pela CEDAE.
- 7.4. Todos os equipamentos e materiais fornecidos devem ter garantia contra qualquer defeito de fabricação, devidamente comprovada, pelo prazo de doze meses, contados a partir da data de aprovação da respectiva OS pela fiscalização. A garantia importa na substituição de equipamentos e materiais defeituosos ou na correção de falhas decorrentes de execução inadequada dos serviços de manutenção, sem ônus para a CEDAE.
- 7.5. A Contratada deve providenciar a mobilização de pessoal e os componentes necessários para a execução dos serviços de reparos, substituições e modificações em garantia, em caráter emergencial, caso haja interrupção do funcionamento da respectiva unidade operacional.
- 7.6. Reparar os danos causados a CEDAE e a terceiros por seus equipamentos, pessoal ou firmas prestadoras de serviços e/ou fornecedoras de materiais, suas contratadas.

- 7.7. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante, devidamente uniformizados, habilitados e identificados para execução do serviço, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).
- 7.8. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão nas unidades operacionais (Elevatórias) para a execução dos serviços. A Contratada deve apresentar no início do contrato, e sempre que houver alteração, a relação nominal com os dados pessoais.
- 7.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 7.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição de empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços, conforme descrito neste Projeto Básico.
- 7.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante.
- 7.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvios de função.
- 7.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada ou dificuldade que impossibilite a prestação dos serviços contratados.
- 7.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

- 7.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.18. Providenciar junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica (ARTs) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei 6.496/77.
- 7.19. Obter as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 7.20. Observar todas as diretrizes e regras de caráter ambiental vigentes.
- 7.21. Responsabilizar-se pela segurança, guarda e conservação de todos os seus materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e ainda pela proteção destes, nas instalações da Contratante.
- 7.22. Fornecer os manuais dos novos equipamentos instalados.
- 7.23. Manter organizados os quadros elétricos e racks de cabeamento estruturado, realizando a revisão dos mesmos sempre que solicitada.
- 7.24. Manter atualizado o prontuário de instalações elétricas exigido pela NR-10, incluindo as modificações realizadas.
- 7.25. Prestar serviços de manutenção de forma a assegurar que os sistemas e equipamentos mantenham funcionamento regular, eficiente, seguro e econômico.
- 7.26. Fornecer todo o mobiliário, linha de telefone móvel, computador com conexão à internet e impressora para cada estrutura de controle administrativo permanente, a ser disponibilizada pela Contratada nos locais indicados no item 11.1.1.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Av. Pres. Vargas, 2655 Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)



8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 9.1 A lei federal nº 12.305/2010 instituída pela política nacional de resíduos sólidos, dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.
- 9.2 Assim sendo, diante das atividades que serão realizadas pelas Contratadas torna-se necessário e obrigatório a apresentação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, contendo os conteúdos determinados no artigo 21 da referida lei, conforme se afere abaixo:

Art. 21. **O plano de gerenciamento de resíduos sólidos** tem o seguinte conteúdo mínimo:

- I - descrição do empreendimento ou atividade;
- II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:
  - a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
  - b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;
- IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

9.3 Tal plano deverá ser apresentado em até **90 (noventa) dias**, após a assinatura do contrato, sendo que a Fiscalização irá analisar.

9.4 A Contratada deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

- I - Economia no consumo de água e energia;
- II - Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- III - Racionalização do uso de matérias-primas;
- IV - Redução da emissão de poluentes, através de veículos (não-operacionais) movidos à GNV (Gás Natural Veicular);
- V- Que pelo menos 25% dos trabalhadores residam no município ou limítrofe da prestação de serviço.

## 10. NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

10.1. Os serviços devem ser executados em restrito atendimento às normas da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), normas internacionais equivalentes, normas de Segurança do Trabalho e normas internas da CEDAE, entre outras.

10.2. Como alternativas às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, devem ser consideradas as normas das seguintes entidades:

- a) DIN - Deutsche Institut für Normung;
- b) AISC - American Institute of Steel Construction;
- c) AWS - American Welding Society;
- d) AISE - Association of Iron and Steel Engineers;
- e) AISI - American Iron Steel Institute;
- f) ANSI - American National Standards Institute;
- g) ASME - American Society of Mechanical Engineers;
- h) ASTM - American Society of Testing Materials;
- i) ISO - International Organization for Standardization;
- j) JIS - Japanese Industrial Standard;
- k) SAE - Society of Automotive Engineers;
- l) SSPC - Steel Structure Painting Council;
- m) Standards of Hydraulic Institute;
- n) AWWA - American Water Works Association.

10.3. Todos os materiais e equipamentos a empregar nos serviços de manutenção devem ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfazer rigorosamente às especificações.

10.4. A Contratada deve adquirir, em igualdade de condições, materiais e equipamentos que tenham a marca de conformidade de acordo com a ABNT.

10.5. Todos os materiais a empregar nos serviços de manutenção devem ser originais, satisfazendo rigorosamente as especificações e dimensões estabelecidas pelo fabricante de cada equipamento que sofreu manutenção.

10.6. Deve ser de inteira responsabilidade da Contratada a aplicação da Portaria nº 3.214 de 08 de Junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, suas Portarias Modificadoras, Normas Regulamentadoras e Anexos, consubstanciados na Lei nº 6514/77, que trata da Segurança e Saúde do Trabalhador durante a execução do presente contrato, em especial, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).

10.7. A Contratada é a única responsável pelo cumprimento, inclusive por parte de seus prepostos condutores de veículos, das disposições constantes do Código Nacional de Trânsito e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.

## 11. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO

11.1. Controle dos serviços.

11.1.1. Os serviços relacionados neste Projeto Básico devem ser executados sob a direção da fiscalização ou dos seus prepostos, sediados nos seguintes locais:

Departamento/ Coordenação	Endereço	CEP
DDRM-6A	Rua Capitão Félix, 426 - Benfica, Rio de Janeiro-RJ	20.920-310
CDRM-6A	Rua Capitão Félix, 426 - Benfica, Rio de Janeiro-RJ	
CDRM-6B	Rua prof. Venina Corrêa Torres, 16 – Centro, Nova Iguaçu - RJ	26.221-200
CDRM-6C	Estrada Japoré, 933 – Sulacap, Rio de Janeiro - RJ	21.740-030

11.1.2. Tendo em vista que os serviços devem ser realizados em conformidade com a Planilha de Serviços CEDAE em anexo, respeitando-se o quantitativo de cada Órgão, a Contratada deve manter um apoio administrativo para cada Coordenação, de forma descentralizada, nas unidades descritas no item anterior.

11.1.3. Em função da natureza contínua dos serviços contratados, não poderá haver descontinuidade na sua execução durante os períodos estabelecidos pela Fiscalização ou pelos seus prepostos.

11.1.4. Todo e qualquer serviço a ser executado deve ser iniciado com um pedido formal (rastreável) a ser emitido pelo fiscal de cada Coordenação, ou pelos seus prepostos, para a emissão de uma Ordem de Serviço (OS) pela Contratada. A OS deve ser a única fonte de informação para consubstanciar os valores apresentados em cada medição de faturamento, e deve possuir os seguintes campos:

- a) data de emissão;
- b) data de início dos serviços;
- c) classificação da OS nas categorias: “Os Emergencial”(executada no dia da solicitação), “OS programada sem fornecimento de material” e “OS programada com fornecimento de material”(prazo acordado com o fiscal);
- d) responsável pela emissão;
- e) serviços solicitados;
- f) serviços executados, com o respectivo código apresentado na Planilha de Serviços da CEDAE;
- g) material utilizado em cada serviço;
- h) apropriação de informações obtidas a partir de medições de parâmetros civil, elétricos e mecânicos;
- i) campo de observações, contendo as rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre falhas em peças, equipamentos ou materiais, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões,
- j) data da conclusão do serviços; e
- k) aprovação da fiscalização ou dos seus prepostos.

11.1.5. O fiscal, ou representante de cada Órgão indicado pela fiscalização, deve solicitar a realização dos serviços de manutenção nos equipamentos e instalações sob a sua responsabilidade. A Contratada deve comparecer ao local indicado para a execução dos serviços nas elevatórias nos prazos determinados no Acordo de Nível de Serviço (ANS).

11.1.6. A Contratada deve manter nas unidades operacionais indicadas no item 11.1.1 uma estrutura de controle administrativo permanente durante a vigência do contrato para o monitoramento das Ordens de Serviços, para a elaboração das memórias de cálculo de cada medição, para a emissão dos relatórios exigidos no ANS e para outros controles técnicos e administrativos necessários para a execução dos serviços contratados. O controle administrativo deve ser realizado em meio eletrônico em microcomputador pessoal a ser instalado em cada estrutura administrativa.

11.1.7. A estrutura de controle indicada no item anterior deve contar, pelo menos, com mão de obra para supervisão técnica/encarregado - (técnico industrial) e administrativa (auxiliar administrativo – nível médio), mobiliário (mesas, cadeiras e armários), microcomputador com os programas aplicativos necessários e impressora a serem instalados em salas nas unidades da CEDAE, quando disponíveis, ou em contêineres devidamente preparados, a serem alugados pela Contratada.

11.1.8. As atividades dos supervisores técnicos deve compreender:

- a) emissão dos relatórios e apresentação dos indicadores exigidos no ANS. Deve também apresentar as respostas para os Termos de Notificação emitidos pela fiscalização;
- b) elaboração do planejamento local dos serviços das equipes de manutenção, em conjunto com a Contratante, sendo definido de acordo com as prioridades e necessidades da Contratante;
- c) apresentação de cronograma semanal de visitas às Elevatórias com objetivo de levantar demandas e de realizar inspeções de serviços realizados;
- d) especificação de materiais para a aquisição;
- e) atendimento às solicitações da Contratante; e
- f) acompanhamento das equipes de manutenção quando for exigido o seu conhecimento técnico.

11.1.9. A Contratada deve disponibilizar um ou mais profissionais de nível superior com formação em engenharia e um ou mais profissionais de nível superior com formação em engenharia

elétrica/mecânica/civil, em tempo integral, e que exercerão a função de coordenador/gerente de contrato para atender as necessidades administrativas, técnicas e operacionais do contrato, com autonomia para viabilizar as soluções dos problemas, suprimindo as necessidades que sejam de responsabilidade da Contratada. As atividades dos coordenadores devem compreender:

- a) elaboração do planejamento global dos serviços das equipes de manutenção, em conjunto com a Contratante, sendo definido de acordo com as prioridades e necessidades da Contratante;
- b) atendimento às solicitações da fiscalização;
- c) acompanhamento das equipes de manutenção quando for exigido o seu conhecimento técnico;
- d) emissão dos *checklists*, laudos técnicos e relatórios.

#### 11.2. Medição.

11.2.1. A emissão de cada Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, deve ser acompanhada de uma memória de cálculo constando os itens da Planilha de Serviços da CEDAE e as respectivas quantidades utilizadas em cada unidade operacional citada no Anexo I, bem como das cópias de todas as Ordens de Serviço aprovadas pela fiscalização e que consubstanciaram os valores apresentados na respectiva memória de cálculo.

11.2.2. As memórias de cálculo e as respectivas cópias das ordens de serviços devem ser encaminhadas à CEDAE em meio digital e em duas vias impressas, carimbadas e assinadas, de forma a permitir a prestação de contas exigida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no final do contrato.

11.2.3. As Ordens de Serviço originais devem retornar à CEDAE.

11.2.4. A Contratada deve emitir Notas Fiscais de Serviços Eletrônica por Órgãos, assim como atender às exigências tributárias específicas de cada município onde os serviços serão executados.

11.2.5. A Contratada também deve encaminhar os relatórios e indicadores exigidos no ANS, antes da apresentação da fatura.

### 11.3. Acordo de níveis de serviço.

11.3.1. O Acordo de Nível de Serviços (ANS) apresentado no instrumento convocatório ou contratual deve definir as condições essenciais para a prestação dos serviços especificadas no objeto contratado, descrevendo a forma pela qual ele será medido, controlado e acompanhado pela Contratante durante o período de vigência e/ou de execução do contrato, conforme aplicável.

11.3.2. O referido ANS determina os critérios objetivos de mensuração de resultados e do nível de qualidade dos serviços contratados, estabelecendo níveis mínimos de serviço a serem prestados pela Contratada, por meio de indicadores objetivos que permitam a mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, possibilitando à Contratante verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

## 12. INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE DOCUMENTOS

ANEXO II

Unidade Operacionais da CEDAE Integrantes do Escopo de Serviços

## ELEVATÓRIAS FORMAIS SOB GESTÃO DA DDRM-6A

### CDRM-6A

	NOME DA ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP
1	ALMIRANTE CALHEIROS DA GRACA	RUA ALMIRANTE CALHEIROS DA GRACA Nº 06 ESQ. RUA SANTOS TITARA	TODOS OS SANTOS	RIO DE JANEIRO	20735-190
2	AMERICANA	RUA AMERICANA S/Nº ESQU. C/ RUA BASILIO DE BRITO Nº 113	CACHAMBI	RIO DE JANEIRO	20785-020
3	APAPORIS	RUA APAPORIS ESQ. C/ ESTRADA DO CACUIA Nº 1406	ILHA DO GOVERNADOR - COCOTA	RIO DE JANEIRO	21921-560
4	AQUIRI	RUA AQUIRI 585 ESQU. C/ ESTRADA DO ITARARE Nº 21	RAMOS	RIO DE JANEIRO	21060-530
5	ARAUJO PENA	RUA ARAUJO PENA Nº 10 (Nº 5)	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	20260-230
6	ARAUJOS	RUA DOS ARAUJOS ESQU. C/ RUA CONDE DE BONFIM Nº 143 (Nº 43)	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	20521-000
7	AVENIDA MERITI	AVENIDA MERITI ESQ. C/ COMANDANTE COELHO	CORDOVIL	RIO DE JANEIRO	21250-142
8	BABAÇU	RUA BABACU E/F A SERVIDAO, AO LADO DO Nº 363	ILHA DO GOVERNADOR - JARDIM GUANABARA	RIO DE JANEIRO	21931-230
9	BAIRRO DE FATIMA	AV. NOSSA SENHORA DE FATIMA E/F Nº 30	BAIRRO DE FATIMA	RIO DE JANEIRO	20240-051
10	BARAO DE GUARATIBA	RUA BARAO DE GUARATIBA Nº 20	CATETE	RIO DE JANEIRO	22211-150
11	BARONESA DE POCONÉ	R.FONTE DA SAUDADE Nº 129	LAGOA	RIO DE JANEIRO	22471-210
12	BENJAMIM CONSTANT	RUA DOUTOR XAVIER SIGAUD, 215 (VILA BENJAMIM CONSTANT )	URCA	RIO DE JANEIRO	22290-180
13	BOLIVIA	RUA VISCONDE DE ITABAIANA PROX N 18	ENGENHO NOVO	RIO DE JANEIRO	20780-180
14	BRAZ DE PINA	RUA ITABIRA S/Nº	BRAZ DE PINA	RIO DE JANEIRO	21215-310
15	CAMPO BELO	RUA PEREIRA DA SILVA E/F Nº 575	LARANJEIRAS	RIO DE JANEIRO	20221-140
16	CANAVIEIRAS	RUA CANAVIEIRAS E/F Nº 700	GRAJAU	RIO DE JANEIRO	20561-005
17	CANOAS	ESTRADA DAS CANOAS, PROX. Nº 46	SAO CONRADO	RIO DE JANEIRO	22610-210
18	CAPANEMA	RUA CAPANEMA E/F Nº406	ILHA DO GOVERNADOR - TAUÁ	RIO DE JANEIRO	21920-070
19	CASUARINA	ENG. MARTINS CORTES Nº 77 (RUA CASUARINA S/N E/F 29)	HUMAITA	RIO DE JANEIRO	22261-160
20	CATETE	RUA CATETE S/Nº	GLORIA	RIO DE JANEIRO	20220-000
21	CEARA	AV. MARECHAL RONDON Nº 477	SAO FRANCISCO XAVIER	RIO DE JANEIRO	20950-003

22	CISNE FARIA	RUA CISNE FARIA E/F 276	MARIA DA GRACA	RIO DE JANEIRO	20785-060
23	COMENDADOR MARTINELE	RUA ITABAIANA E/F Nº 285	GRAJAU	RIO DE JANEIRO	20561-050
24	CONDE LAGE	RUA TAYLOR E/F Nº 3	GLORIA	RIO DE JANEIRO	20241-060
25	DONA CASTORINA	RUA DONA CASTORINA, PROX. Nº 10-HORTO	JARDIM BOTANICO	RIO DE JANEIRO	22610-280
26	FARO	R.FARO Nº 51 ESQ. C/ RUA ITAIPAVA	JARDIM BOTANICO	RIO DE JANEIRO	22461-030
27	FLORA LOBO	AVENIDA BRAS DE PINA C/RUA BENTO CARDOSO	PENHA CIRCULAR	RIO DE JANEIRO	21215-000
28	FROLICK	RUA FROLICK E/F Nº 85	SAO CRISTOVAO	RIO DE JANEIRO	20941-020
29	GAVELANDIA	RUA SAO LEOBALDO S/N ESQ. ESTRADA DA GAVEA	SAO CONRADO	RIO DE JANEIRO	22450-200
30	GENERAL RODRIGUES	RUA GENERAL RODRIGUES E/F Nº 15	ROCHA	RIO DE JANEIRO	20950-110
31	GLORIA NOVA	RUA DA GLORIA, 156	GLORIA	RIO DE JANEIRO	20241-180
32	GLORINHA	RUA DO RUSSEL Nº 1	GLORIA	RIO DE JANEIRO	22210-010
33	GOMENSORO	RUA LEOPOLDINA REGO ESQU. C/ RUA BARIRI (RUA GOMENSORO)	OLARIA	RIO DE JANEIRO	21021-521
34	GUARA	R GUARA ESQU. C/ CACEQUI	BRAZ DE PINA	RIO DE JANEIRO	21210-760
35	HORACIO PICORELLI	AV. ITAOCA X HORACIO PICORELI PROX. Nº 1174/1230	BONSUCESSO	RIO DE JANEIRO	21061-021
36	ICATU	R.SAO CLEMENTE ESQ. C/ ALFREDO ALVES (LARGO DOS LEOES)	BOTAFOGO	RIO DE JANEIRO	22260-001
37	IGARAPAVA	RUA IGARAPAVA Nº 10 PROX. Nº 10 Nº 271	LEBLON	RIO DE JANEIRO	22450-200
38	ISIDRO ROCHA	RUA ISIDRO ROCHA NA PRACA ELBA	VIGARIO GERAL	RIO DE JANEIRO	21241-180
39	JACARANDAS	PRACA JACARANDAS PROX. Nº 66	JARDIM BOTANICO	RIO DE JANEIRO	22461-140
40	JARDIM PEDRA BONITA	RUA JORNALISTA COSTA REGO Nº 15	SAO CONRADO	RIO DE JANEIRO	22610-150
41	JOANA D'ARC	Estrada João Paulo, 1571A ESQ. com Avª Brasil	COSTA BARROS	RIO DE JANEIRO	21515-202
42	JOANA FONTOURA	RUA JOANA FONTOURA	BONSUCESSO	RIO DE JANEIRO	21060-610
43	JOAO BORGES	RUA JOAO BORGES Nº 69	GAVEA	RIO DE JANEIRO	22451-100
44	JORGE COELHO	RUA JORGE COELHO, 01	BRAZ DE PINA	RIO DE JANEIRO	21012-200
45	JOSE HIGINO	RUA JOSE HIGINO ESQ. RUA CONDE DE BONFIM	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	20520-201
46	LADEIRA DO LEME	AV. LAURO SODRE, PISTA SENTIDO COPACABANA FRENTE AO RIO SUL	BOTAFOGO	RIO DE JANEIRO	22290-070
47	LINS DE VASCONCELOS	RUA LINS DE VASCONCELOS, 156	LINS DE VASCONCELOS	RIO DE JANEIRO	20710-130
48	MACEDO SOBRINHO	RUA MACEDO SOBRINHO ESQ.C/ VISCONDE DE SILVA Nº 38	HUMAITA	RIO DE JANEIRO	22271-080
49	MALDONADO	EST. DO JEQUIA ESQ.C/ RUA MALDONADO	ILHA DO GOVERNADOR - RIBEIRA	RIO DE JANEIRO	21930-007

50	MARECHAL BITENCOURT	RUA MAL BITENCOURT ESQU. C/ MAL RONDON	RIACHUELO	RIO DE JANEIRO	20950-200
51	MARTINS DE SA	RUA GOVERNADOR MARTINS DE SA ESQ. C/ DR AGENOR DE ALMEIDA LOYOLA	ILHA DO GOVERNADOR - BANCARIOS	RIO DE JANEIRO	21910-062
52	MIGUEL PEREIRA	RUA MIGUEL PEREIRA Nº 77	HUMAITA	RIO DE JANEIRO	22261-090
53	MONJOLO	RUA CESARIO AGUIAR Nº 672	ILHA DO GOVERNADOR - PITANGUEIRAS	RIO DE JANEIRO	21930-230
54	OITO DE DEZEMBRO	RUA OITO DEZEMBRO ESQ. C/ RUA SAO FRANCISCO XAVIER	MARACANA	RIO DE JANEIRO	20550-200
55	PAJUCARA	RUA PAJUCARA S/Nº PRAIA DE OLARIA	ILHA DO GOVERNADOR - COCOTA	RIO DE JANEIRO	21910-295
56	PARADA DE LUCAS	RUA ANAMA Nº 26	VIGARIO GERAL	RIO DE JANEIRO	21241-020
57	PARANA	RUA PARANA E/F Nº 948	AGUA SANTA	RIO DE JANEIRO	20745-250
58	PAVUNA	RUA SARGENTO MANOEL CHAGAS C/ RUA AFONSO TERRA, 125	PAVUNA	RIO DE JANEIRO	21520-080
59	PENHA	LARGO DA PENHA S/Nº	PENHA	RIO DE JANEIRO	21070-560
60	PERCY MURRAY	RUA. PROFESSOR GASTAO BAIANA, E/F Nº 300	COPACABANA	RIO DE JANEIRO	22071-030
61	PERI	RUA PERI, PROX. Nº 360	JARDIM BOTANICO	RIO DE JANEIRO	22460-100
62	PITANGUEIRAS	RUA AFONSO CLAUDIO ESQ. C/ PRAIA DAS PITANGUEIRAS Nº 411	ILHA DO GOVERNADOR - PITANGUEIRAS	RIO DE JANEIRO	21930-280
63	POESI	ESTRADA DO ITARARE, 690	INHAUMA	RIO DE JANEIRO	21061-240
64	PRACA JOAO BERCHMANS	PRAÇA SÃO JOÃO BERCHMANS, 1 CN	PARADA DE LUCAS	RIO DE JANEIRO	21230-570
65	PRACA PARIS	PRAÇA PARIS, SN	GLORIA	RIO DE JANEIRO	20021-100
66	QUINTA DA BOA VISTA	QUINTA DA BOA VISTA (AV. ROTARY INTERNACIONAL, S/Nº	SAO CRISTOVAO	RIO DE JANEIRO	20941-060
67	REGO LOPES	RUA REGO LOPES ESQUINA COM A RUA CONDE DE BONFIM, Nº 83	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	20520-040
68	RESERVATORIO MAE DAGUA	RUA FRANCISCO DA COSTA Nº 160	ILHA DO GOVERNADOR - JARDIM GUANABARA	RIO DE JANEIRO	21940-170
69	ROCHA MIRANDA	RUA ROCHA MIRANDA E/F Nº 53	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	20530-450
70	RUANDA	RUA RUANDAS ESQUINA C/ RUA EMBAU	PAVUNA	RIO DE JANEIRO	21535-000
71	SACOPA	RUA FONTE DA SAUDE, E/F Nº 281	LAGOA	RIO DE JANEIRO	22471-211
72	SANTA ENGRACIA	SANTA ENGRACIA AO LADO DO BLOCO 25	PENHA	RIO DE JANEIRO	21021-080
73	SAO BRAS	RUA SAO BRAS 130	TODOS OS SANTOS	RIO DE JANEIRO	20770-150
74	SARGENTO MANOEL CHAGAS	RUA SARGENTO MANOEL CHAGAS C/ RUA AFONSO TERRA, 125	PAVUNA	RIO DE JANEIRO	21520-080

75	SILVA XAVIER	RUA SILVA XAVIER, 134 ESQUINA COM FIGUEIREDO PIMENTEL	ABOLICAO	RIO DE JANEIRO	20751-010
76	SOLANDRA	RUA SOLANDRA ESQU. C/ ALMIRANTE INGRAM	BRAZ DE PINA	RIO DE JANEIRO	21211-130
77	SOUZA DOCA	AV. PAULO DE FRONTIN Nº 543	RIO COMPRIDO	RIO DE JANEIRO	20261-241
78	STEFAN ZWEIG	RUA STEFAN ZWEIG E/F Nº 336	LARANJEIRAS	RIO DE JANEIRO	22245-080
79	TAMBAU	AVENIDA BRASIL (PROXIMO AO VIADUTO DA ILHA)	BONSUCESSO	RIO DE JANEIRO	21030-001
80	TAVARES GUERRA	RUA TAVARES GUERRA /ESQ.C/GENERAL CURJAO	CAJU	RIO DE JANEIRO	20931-330
81	TIMOTEO DA COSTA	RUA TIMOTEO DA COSTA E/F Nº 197	LEBLON	RIO DE JANEIRO	22450-130
82	TOMAZ COELHO	RUA FERREIRA DE BRITO (RUA SEBASTIAO PEREIRA S/N, CONVENCIONAL, DESATIVADA)	TOMAZ COELHO	RIO DE JANEIRO	21381-005
83	TRAVESSA CORDEIRO	TRAVESSA CORDEIRO	ABOLICAO	RIO DE JANEIRO	20755-040
84	URCA	AV. PORTUGAL E/F Nº 936	URCA	RIO DE JANEIRO	22291-050
85	URUGUAI	RUA URUGUAI E/F Nº 533	TIJUCA	RIO DE JANEIRO	20510-057
86	VITORIA REGIA	RUA VITORIA REGIA Nº 18 ESQUINA COM SACOPA	LAGOA	RIO DE JANEIRO	22471-190
87	VIUVA LACERDA	RUA VIUVA LACERDA Nº 178	HUMAITA	RIO DE JANEIRO	02261-050

### CDRM-6B

	NOME DA ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP
1	1º DE MAIO	RUA DA CEARENSE C/ RUA DR. AGOSTINHO PORTO	COELHO DA ROCHA	SAO JOAO DE MERITI	25510-101
2	21 DE ABRIL	RUA LEANDRO DA MOTA EF Nº 52 PCA DR LAUREANO (RUA GAL. MANOEL RABELO S/Nº)	PARQUE LAUREANO	DUQUE DE CAXIAS	25060-190
3	ADOLFO BERGAMINI	RUA ADOLFO BERGAMINI E/F Nº 16 ESQU. C/ RUA MENA BARRETO	NOVO HORIZONTE - CENTRO	NILOPOLIS	26535-590
4	AMARELINHO	ESTR. DO ROSARIO E/F AO Nº 1085 PROXIMO AO MERCADO GULLO	JARDIM PRIMAVERA	DUQUE DE CAXIAS	25215-365
5	ANGELA MARIA	RUA ÂNGELA MARIA EF 127 ESQ RUA OLIVEIRA RODRIGUES ALVES	POSSE	NOVA IGUACU	26013-500
6	ANTONIA	RUA DA MATRIZ C/RUA ANTONIO	CENTRO	SAO JOAO DE MERITI	20520-640
7	ARI BARROSO	RUA ARI BARROSO, 598	PARQUE BOA VISTA	DUQUE DE CAXIAS	25085-480

8	AVENIDA BELA	AVENIDA BELA	JARDIM JOSE BONIFACIO	SAO JOAO DE MERITI	02515-321
9	AZAMBUJA	RUA VENCESLAU ESCOBAR DE AZAMBUJA LT.31 QD.B EF Nº 85	PARQUE ANALÂNDIA	SAO JOAO DE MERITI	25585-730
10	BALCARES	AV. SAO PAULO ESQ. C/ RUA BORGES DE CARNEIRO	JARDIM PRIMAVERA	DUQUE DE CAXIAS	25225-660
11	BARAO DE SURUI	RUA BARAO DE SURUI E/F Nº 44 ESQ. C/ RUA MARQUES DE HERVAL	25 DE AGOSTO	DUQUE DE CAXIAS	25275-030
12	BEIRA MAR	RUA NABUCO ARAUJO PROX. Nº 16 ESQ. C/ AV. BRIGADEIRO LIMA	PARQUE DUQUE	DUQUE DE CAXIAS	25085-070
13	BELIRIO	RUA VICENSO GIANICHINI Nº 138	LAGES	PARACAMBI	02600-000
14	BELO HORIZONTE	RUA BELO HORIZONTE ESQ./ RUA JEQUITIA	VILA SAO TEODORO	NOVA IGUACU	26021-630
15	BRASILIA	RUA TABELIAO MURILO COSTA E/F Nº 161	JOANA D'ARC	NOVA IGUACU	28255-130
16	BRIGADEIRO LIMA E SILVA	AV. BRIGADEIRO LIMA E SILVA AO LADO DO Nº 206. (SERGIO FRANCO)	PARQUE DUQUE	DUQUE DE CAXIAS	25085-132
17	CAICARA	RUA JOAO VENANCIO DE FIGUEIREDO EF AO Nº 52 OITICICA	KENNEDY	NOVA IGUACU	26020-001
18	CAMPOS	R. CAMPOS EF Nº 117 ESQU. C/ RUA CASIMIRO DE ABREU	VILAR DOS ANJOS	SAO JOAO DE MERITI	25570-200
19	CEFET	ESTRADA DE ANDRIANOPOLIS S/N E/F CEFET	SANTA RITA	NOVA IGUACU	26050-000
20	CENTENARIO	RUA LEOPOLDINA TOME ESQ. C/ FRANCISCA TOME	VILA CENTENARIO	DUQUE DE CAXIAS	25030-050
21	COLEGIO	LADEIRA MANOEL MOTTA DA SILVA S/Nº	LAGES	PARACAMBI	26600-000
22	DE BRITO	ESTRADA RIO D'OURO	XEREM	DUQUE DE CAXIAS	25245-810
23	DINAMARCO REIS	RUA DINAMARCO REIS C/ CARLOS SOUZA FERNANDES	OLINDA	NILOPOLIS	26545-230
24	DO CARMO	RUA BOA SORTE ESQ. C/ RUA DO CARMO	CORTE 8	DUQUE DE CAXIAS	25035-050
25	DO CHINA	AVENIDA GENERAL CARLOS MARCIANO DE MEDEIROS	VILA ROSARIO	DUQUE DE CAXIAS	25045-100
26	EDNA	RUA EDNA SN EF AO 16	VILA TREZE DE MAIO	NOVA IGUACU	26030-430
27	ELY LOREDO	RUA ELY LOREDO Nº 03	LAGES	PARACAMBI	26600-000
28	ENGENHARIA	AVENIDA HENRIQUE DUQUE ESTRADA MAYER, COM RUA GAMA. RUA DA ENGENHARIA ( EM FRENTE AO Nº 30 ) ANTIGO	POSSE	NOVA IGUACU	26041-061

29	ESPLANADA	RUA DA FAZENDA Nº 256	ESPLANADA	NOVA IGUACU	26013-470
30	ETELVINA CHAVES	RUA ETELVINA CHAVES 189 C/ RUA ITACIBA	CENTRO	DUQUE DE CAXIAS	25010-200
31	FLORESTA MIRANDA	RUA DOUTOR FLORESTA MIRANDA Nº 256	CENTRO	NOVA IGUACU	26250-060
32	FRANCISCO GUIDA	RUA FRANCISCO GUIDA Nº 30	LAGES	PARACAMBI	26600-000
33	FRANCISCO XAVIER	RUA CAIOBA Nº 810	NOVA AMERICA	NOVA IGUACU	26012-503
34	GLOBO	ROD. WASHINGTON LUIZ Nº 3000 E/F AO PARQUE GRAFICO DO GLOBO	PARQUE BEIRA MAR	DUQUE DE CAXIAS	25085-009
35	GLORIA	RUA GLORIA C/ AVENIDA GENERAL RONDON	VILA LEOPOLDINA	DUQUE DE CAXIAS	25060-240
36	GOES MONTEIRO	RUA MARECHAL GOES MONTEIRO C/ JOAQUIM JOSE SOARES	VILA LEOPOLDINA	DUQUE DE CAXIAS	25035-740
37	GOIAS	ESTRADA SAO JOAO CAXIAS ESQU. COM RUA GOIAS E/F AO Nº 264	CENTRO	SAO JOAO DE MERITI	25515-350
38	GOMES FREIRE	RUA ATLAS Nº 09 ESQ. C/ RUA SANTIAGO ARGOS	VILA SANTO ANTONIO	DUQUE DE CAXIAS	25040-280
39	HOSPITAL	RUA JOSE RODRIGUES CABRAL Nº 3	CENTRO	PARACAMBI	26600-000
40	INDIA PORTUGUESA	RUA ANTONIO PEREIRA S/Nº	CENTRO	NILOPOLIS	26540-000
41	ITABORAI	RUA DA MATRIZ C/RUA ITABORAI S/N	CENTRO	SAO JOAO DE MERITI	25520-640
42	JARDIM GRAMACHO	RUA MANICORE, 289 C/ AV. MONTE CASTELO	JARDIM GRAMACHO	DUQUE DE CAXIAS	25056-360
43	K11	TRAV. MANOEL GOMES E/F Nº 30	K 11	NOVA IGUACU	02603-240
44	LAJES	RUA JAIME A. MARQUES S/Nº	LAGES	PARACAMBI	26600-000
45	LEOPOLDINA	RUA JOAO ALVES T. FILHO Nº 139 C/ RUA PREF. BRAULINO REIS	JARDIM GRAMACHO	DUQUE DE CAXIAS	25060-206
46	LIBANEA	RUA LIBANEA C/ RUA GOVERNADOR CELSO PECANHA	CENTRO	MESQUITA	26551-120
47	LIBERDADE	RUA LIBERDADE Nº 140	AUSTIN	NOVA IGUACU	26395-000
48	LIDIA (MANISSA)	RUA MANISSA ESQ. C/ RUA LIDIA EM FRENTE AO Nº 01	GRACAS	DUQUE DE CAXIAS	25041-090
49	LORETO	RUA LORETO ESQ. C/ RUA MONTE CASTELO	JARDIM GRAMACHO	DUQUE DE CAXIAS	25056-080
50	LUCIO TAVARES	RUA LUCIO TAVARES	CENTRO	NILOPOLIS	26530-060
51	LUMINOSO	ESTRADA RJ 127 10013	LAGES	PARACAMBI	26600-000

52	MANOEL REIS	RUA MANOEL REIS, ESQUINA COM RUA JOAO PESSOA	NILOPOLIS	NILOPOLIS	26510-112
53	MARIA RASUCK VILELA	RUA MARIA RASUCK VILELA	COELHO DA ROCHA	SAO JOAO DE MERITI	25555-351
54	MAURICIA BORGES	RUA MAURICIA BORGES, 303	BANCO DE AREIA	MESQUITA	26564-020
55	MELVIN JONES	RUA MELVIM JONES	CENTRO	NOVA IGUACU	26221-130
56	MONTE HOREB	RUA SANTA MARIA Nº 4	PARQUE SAO VICENTE	BELFORD ROXO	26150-016
57	MORRO DA COCADA	RUA DONA ORMINDA E/F AO Nº 23 ESQ. C/ RUA FLORA DE ARAUJO	PRATA	NOVA IGUACU	26010-450
58	MORRO DO CEU 1º ESTAGIO	AV. LEONEL DE MOURA BRIZOLA ( ANTIGA PRES. KENNEDY), 8080 AO LADO DO SÍTIO CATARINA - BAIRRO SAO BENTO	DUQUE DE CAXIAS	RIO DE JANEIRO	25045-002
59	MORRO DO CEU 2º ESTAGIO	RUA DA PAZ EF Nº 6 EM FRENTE A IGREJA - BAIRRO SAO BENTO	DUQUE DE CAXIAS	RIO DE JANEIRO	25045-058
60	NILO PECANHA	RUA PREFEITO RIBEIRO EF Nº 1521 ESQU. C/ AV. NILO PECANHA Nº 1652	PARQUE LAFAIETE	DUQUE DE CAXIAS	25015-326
61	NILO PECANHA (CEMITERIO)	RUA NILO PECANHA (CEMITERIO)	NILOPOLIS	NILOPOLIS	26545-202
62	NOEMIA VIEIRA	AV. ABILIO AUGUSTO TAVORA ESQU. C/RUA NOEMIA VIEIRA E/F Nº 171	JARDIM ALVORADA	NOVA IGUACU	26275-580
63	ODILON GUERRA	RUA ODILON GUERRA Nº36	LAGES	PARACAMBI	26160-340
64	OLAVO BILAC	RUA ARISTIDES CAIRE, SN (NO RESERVATORIO)	JARDIM OLAVO BILAC	DUQUE DE CAXIAS	26600-300
65	OTAVIO DE MENEZES	RUA OTAVIO DE MENEZES	PARQUE BARRETO	SAO JOAO DE MERITI	25581-240
66	PALHADA	RUA LUCIA S/Nº (ESTRADA DA PALHADA)	ROSA DOS VENTOS	NOVA IGUACU	26290-414
67	PANORAMA	RUA DAS FRUTEIRAS LT 1 QD 3 C/ ESTR. DO CHINA S/Nº	PARQUE FLUMINENSE	DUQUE DE CAXIAS	25045-100
68	PARACAMBI	ESTRADA RJ 127 KM3	PARACAMBI	PARACAMBI	26600-300
69	PARAGUASSU	RUA PARAGUACU, EF 5	ITAIPU	BELFORD ROXO	26143-090
70	PARQUE COMERCIAL	RUA ALMEIDA JUNIOR C/ RUA MARQUESA DE SANTOS	VILA ROSARIO	DUQUE DE CAXIAS	25041-390
71	PEDRO ERNESTO	RUA PEDRO ERNESTO ESQ. C/ R. LISBOETA CAETANO	ENGENHO DO PORTO	DUQUE DE CAXIAS	25015-290
72	PELOTAS	RUA PELOTAS ESQ. C/ RODOVIA WASHINGTON LUIZ	JARDIM GRAMACHO	DUQUE DE CAXIAS	25265-008

73	PIAUI	RUA PIAUI 15 C/ AV. DUQUE DE CAXIAS	PARQUE PAULICEIA	DUQUE DE CAXIAS	25235-239
74	PINDORAMA	PRACA PINDORAMA	BANCO DE AREIA	NILOPOLIS	26570-000
75	PORTO SEGURO	RUA PORTO SEGURO E/F Nº 42	VILA SAO SEBASTIAO	DUQUE DE CAXIAS	25051-080
76	PORTUGAL	AVENIDA PORTUGAL PROX. Nº 85	VILA DAGMAR	BELFORD ROXO	26130-410
77	PRUDENTE DE MORAES	RUA PRUDENTE DE MORAES C/ RUA ITACIBA	VILA ITAMARATI	DUQUE DE CAXIAS	25070-23
78	ROLDAO GONCALVES	RUA ROLDAO GONSALVES C/ JOAO R. CUNHA	CABRAL	NILOPOLIS	26515-048
79	SANTA LUZIA	RUA SANTA LUZIA Nº3	GUARAJUBA	PARACAMBI	26600-000
80	SAO PAULO	RUA SAO PAULO, PROX 95	SANTA CRUZ DA SERRA	DUQUE DE CAXIAS	25240-050
81	SHANGRILA	RUA POUSO AUTO, 20	SHANGRILA	BELFORD ROXO	26127-190
82	SHEIK REJANE	RUA SHEIK REJANE X EMIDIO LEMOS	CENTRO	JAPERI	26435-270
83	SIMPATIA	AV. AUTOMOVEL CLUB Nº 2236 ESQU. C/ RUA SAO CRITOVAO	VALE SIMPATIA	SAO JOAO DE MERITI	25565-172
84	TIETE	RUA NEVES E/F Nº 74 ESQU. C/ AV. MONTE CASTELO	PARQUE ARARUAMA	SAO JOAO DE MERITI	25585-581
85	TRES CORACOES	RUA ESTEVAM PEREIRA DE ANDRADE Nº 530	TRES CORACOES	NOVA IGUACU	26022-641
86	TREZENTOS	RUA DAS PEDRINHAS E/F AO Nº 31	TREZENTOS	SAO JOAO DE MERITI	25580-660
87	UBIRAJARA	AVENIDA BRASIL, 1325 C/ RUA SAO JORGE	VILA SAO LUIZ	DUQUE DE CAXIAS	25086-171
88	VALERIO ROCHA	RUA VALERIO ROCHA E/F Nº 100 ESQU. C/ AV. BENJAMIN PINTO DIAS	VILA DAGMAR	BELFORD ROXO	26130-080
89	VICENTINA	RUA CORINTO LUIZ FURTADO E/F Nº 13	VILA SEABRA	BELFORD ROXO	26130-560
90	VIEIRA FAZENDA	RUA ALBERTO SIQUEIRA Nº 1318 ESQ. C/ RUA EXPEDICIONARIO JOSE AMARO	VILA SAO SEBASTIAO	DUQUE DE CAXIAS	25065-225
91	VILAS BOAS	RUA CECILIA VILAS BOAS	JARDIM JUREMA	SAO JOAO DE MERITI	25580-260
92	VIRGINIA SOUZA	RUA VIRGINIA DE SOUZA E/F Nº 11	SANTO ANTONIO DA PRATA	BELFORD ROXO	26130-490
93	WALLACE PAES LEME	PRACA WALLACE PAES LEME, ESQUINA COM RUA JOAQUIM MAXIMO SOARES	OLINDA	NILOPOLIS	26510-044

### CDRM-6C

	NOME DA ELEVATÓRIA	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICIPIO	CEP
1	ABAUNA	RUA CAPITAO MARIO BARBEDO C/ RUA ABAUNA Nº 29	PARQUE ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21625-130
2	AGUA BRANCA	ESTR. DA AGUA BRANCA C/ RUA JORGE SERPA MERCE	REALENGO	RIO DE JANEIRO	21730-001
3	ANCHIETA	AV MARECHAL ALENCASTRO 3571	ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21625-001
4	ANESIO	RUA QUIRIRIM SN EF AO 1586 ESQ. COM RUA ANESIO FROTA	VILA VALQUEIRE	RIO DE JANEIRO	21330-658
5	ANVERINO FLORESTA DE MIRANDA	RUA ANVERINO FLORESTA DE MIRANDA ESQU. C/ ESTRADA DO PAU FERRO	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22743-510
6	ARMINDO RANGEL	RUA ARMINDO RANGEL ESQU. C/ ESTRADA ENGENHO NOVO	ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21635-180
7	ATI	RUA ATI, 325	JACAREPAGUA - TANQUE	RIO DE JANEIRO	22735-155
8	AZEREDO LOPES	RUA AZEREDO LOPES ESQU. C/ ESTRADA DO PAU FERRO E/F AO Nº 919 (CONDOMINIO COLINA VERDE)	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22743-530
9	BALEARES	RUA BALEARES, 5 C/ RUA ADA	CAVALCANTI	RIO DE JANEIRO	21381-090
10	BARRINHA (ESCOLA SUICA)	RUA CALHEIROS GOMES S/N EF 344 ESQUINA COM RUA VITOR KONDER	JOA	RIO DE JANEIRO	22611-280
11	BERNARDINO DA ROCHA	RUA CRISOSTOMO PIMENTEL OLIVEIRA	PAVUNA	RIO DE JANEIRO	21650-002
12	BOA FE 2	ESTRADA DE PIRANEMA	BOA FE	SEROPEDICA	23898-518
13	BOACU	RUA BOACU Nº 115	RICARDO DE ALBUQUERQUE	RIO DE JANEIRO	21620-130
14	BOSQUE DO JORDAO	BOSQUE DO JORDAO Nº 510/ RUA DALIA S/Nº	JACAREPAGUA - TAQUARA	RIO DE JANEIRO	22711-240
15	CAMARUCU	Rua Aroeira esq. com Rua Imbuia	ANIL	RIO DE JANEIRO	22753-806
16	CAMINHO DO BORGES	RUA CAMINHO DO BORGES ESQ. RUA ENG. PAULA LOPES	BANGU	RIO DE JANEIRO	21825-320
17	CAMINHO DO CEU	ESTRADA DO MONTEIRO Nº 7894 C/ RUA CAMINHO DO CEU	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	23045-831

18	CAMPO DE AREIA	ESTRADA CAMPO D'AREIA S/N, E/F 431	JACAREPAGUA - PECHINCHA	RIO DE JANEIRO	22743-311
19	CANDIDO DAS NEVES	RUA CANDIDO DAS NEVES C/ RUA JANGADA	VILA KOSMOS	RIO DE JANEIRO	21221-080
20	CANHANGA	ESTRADA DO CANHANGA, COM RUA LAUDELINO MAIA DE PAIVA	GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	23035-600
21	CAROLINA AMADO	RUA CAROLINA AMADO C/ RUA JOAO MACHADO	IRAJA	RIO DE JANEIRO	21361-320
22	CASCADURA	PRACA MARAJA C/ RUA APUI C/ RUA CORONEL MAGALHAES	CASCADURA	RIO DE JANEIRO	21350-110
23	CERQUEIRA CESAR	RUA CERQUEIRA CESAR C/ ESTRADA DO PORTELA	MADUREIRA	RIO DE JANEIRO	21351-070
24	CONDE PEREIRA CARNEIRO	RUA CONDE PEREIRA CARNEIRO C/ PRACA TEN. JANSEN DE MELLO	VICENTE DE CARVALHO	RIO DE JANEIRO	21221-120
25	DALVA DE OLIVEIRA	RUA DALVA DE OLIVEIRA, 1144	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	23027-030
26	ENEAS MARTINS	RUA FRANCISCO PORTELA C/ RUA TORQUATO TAPAJOS	GUADALUPE	RIO DE JANEIRO	21660-010
27	ENGENHEIRO SOUZA FILHO	RUA ENG SOUZA FILHO EF AO Nº 748 C/ RUA JOSE PAULINO PEREIRA	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	22753-053
28	ESTRADA DO CATONHO	ESTRADA DO CATONHO SN, EF 1908	JARDIM SULACAP	RIO DE JANEIRO	22725-000
29	EUGENIO GUDIM	RUA EUGENIO GUDIM S/Nº E/F AO Nº 264	IRAJA	RIO DE JANEIRO	21370-130
30	EXTREMADURA	AVENIDA MERITI PROXIMO EF 4556	CORDOVIL	RIO DE JANEIRO	21250-141
31	FIRMINO DO AMARAL	RUA FIRMINO DO AMARAL C/ RUA ARAGUAIA	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22745-310
32	FLAMINIA	RUA FLAMINIA C/ RUA ARISTIDES GARNIER	PENHA CIRCULAR	RIO DE JANEIRO	21221-240
33	FORTUNATO DE BRITO	RUA FORTUNATO DE BRITO ESQ. C/ ESTRADA DO BANANAL	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22750-300
34	FRANCISCA SALES	RUA FRANCISCA SALES EM FRENTE AO Nº 556	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22760-000
35	FRANCISCO LOBO	RUA CORONEL FRANCISCO LOBO ESQU. C/ ESTRADA DO TINDIBA E GEREMARIO DANTAS	JACAREPAGUA - PECHINCHA	RIO DE JANEIRO	22740-350

36	FRUTO DO MATO	RUA FRUTO DO MATO Nº 211 (CONDOMINIO VALE ELDOURADO)	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22750-480
37	FURNAS	ESTRADA DA BARRA SN E/F 3026	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	22641-005
38	GUANDU DO SENA	ESTRADA GUANDU DO SENA (CONJUNTO HABIT. DR. ANTONIO GONCALVES)	BANGU	RIO DE JANEIRO	21853-031
39	GUIRAREIA	RUA GUIRAREIA, EF 521	IRAJA	RIO DE JANEIRO	21371-420
40	IBATEGUARA	RUA IBATEGUARA, SN ESQ RUA MONSUETO DE MENEZES	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	23090-160
41	IBIA	RUA IBIA C/ RUA DO OTAVIANO	TURIACU	RIO DE JANEIRO	21540-070
42	IBICUI	RUA CECILIA BENEVIDES Nº 4 (ESTRADA FILHOTE PIMENTEL 00)	MANGARATIBA	MANGARATIBA	23860-000
43	ILHA DA MADEIRA	ESTRADA DO CONTORNO, ESQUINA C/ RUA TUPI	ILHA DA MADEIRA	RIO DE JANEIRO	23826-650
44	INSPIRACAO	RUA DA INSPIRACAO C/ AVENIDA MERITI	VILA DA PENHA	RIO DE JANEIRO	21221-330
45	IRAJUBA	ESTRADA DO CABUCU C/ RUA IRAJUBA, 59	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	23052-230
46	ITALVA	RUA ITALVA, Nº 08	JACAREPAGUA - CURICICA	RIO DE JANEIRO	22780-803
47	ITANHAEM	RUA ITANHAEM ESQU C/ RUA DAS ROSAS	VILA VALQUEIRE	RIO DE JANEIRO	22780-803
48	ITAPUCA	ESTRADA ROBERTO BURLEMAX, POSTE 3133/302)	BARRA DE GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	23020-240
49	ITIRAPINA	RUA ITIRAPINA C/ RUA SILVA VALE E/F Nº 919	TOMAZ COELHO	RIO DE JANEIRO	69097-126
50	JARDIM CLARICE	RUA DOM CASMURRO S/Nº E/F ESCOLA	JACAREPAGUA - ANIL	RIO DE JANEIRO	21330-620
51	JARDIM LUANA	ESTRADA DO MAGARCA, 7639	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	23035-372
52	JARDIM MONTEIRO	RUA MAJOR BANDEIRA DE MELO E/F Nº 42	GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	21940-400
53	JOAO DA COSTA	Rua Joao da Costa esq. Rua Bárbara Heliodora	SULACAP	RIO DE JANEIRO	21741-205
54	JOAQUIM TOURINHO	RUA JOAQUIM TOURINHO, ESQUINA COM RUA ARTHUR ORLANDO	JACAREPAGUA - PECHINCHA	RIO DE JANEIRO	22753-390
55	JOATINGA	RUA MARIA LUIZA PITANGA S/N	BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO	22611-190

56	LADEIRA DA FREGUESIA	LADEIRA DA FREGUESIA ESQ. AVENIDA GEREMARIO DANTAS	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22760-090
57	LEOCADIO FIGUEIREDO	RUA LEOCADIO FIGUEIREDO C/ RUA MENEZES BRUM	GUADALUPE	RIO DE JANEIRO	21675-090
58	LIMA DRUMOND	RUA LIMA DRUMOND E/F Nº 10 C/ RUA EDGARD ROMERO	VAZ LOBO	RIO DE JANEIRO	21361-020
59	LOTEAMENTO FLORESTA	RUA COLLINS Nº 34	JACAREPAGUA - RIO DAS PEDRAS	RIO DE JANEIRO	22753-260
60	MARECHAL SEREJO	RUA ARMANDO GONZAGA C/ RUA CAMATIA	JACAREPAGUA - PECHINCHA	RIO DE JANEIRO	22743-350
61	MAUES	RUA MAUES, 95	PENHA	RIO DE JANEIRO	21235-650
62	MIGUEL DIBO	RUA MIGUEL DIBO	IRAJA	RIO DE JANEIRO	21235-525
63	NOSSA SENHORA DA PENA	RUA NOSSA SENHORA DA PENA S/N	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22760-156
64	OSWALDO CRUZ	PRACA PROFESSORA ADELIA BANDEIRA S/Nº	OSWALDO CRUZ	RIO DE JANEIRO	21351-310
65	OSWALDO LIMA	RUA OSWALDO LIMA C/ RUA LUIS MARTINS	VILA KOSMOS	RIO DE JANEIRO	21220-070
66	OUREM	RUA OUREM Nº 30 A	JACAREPAGUA - CURICICA	RIO DE JANEIRO	22710-360
67	OUTEIRO SANTO	ESTRADA OUTEIRO SANTO S/N, PROX. 876, ESQ. RUA LENY	TAQUARA	RIO DE JANEIRO	22713-169
68	PARINTINS	RUA PARINTINS EQUINA COM FLORIANOPOLIS	JACAREPAGUA - PRACA SECA	RIO DE JANEIRO	21321-190
69	PAU FERRO	ESTRADA MENESES CORTES C/ ESTRADA DO PAU FERRO	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22745-130
70	PAU FERRO NOVA	ESTRADA DO PAU FERRO EF 1133 (PCA ALDEMAR SERVULO DA SILVA SN)	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22745-055
71	PIRANEMA	ESTRADA RJ 099	VILA MARGARIDA	ITAGUAI	23825-840
72	PONTAL	ESTR. VEREADOR ALCEU DE CARVALHO S/Nº PROX. Nº 1165	RECREIO DOS BANDEIRANTES	RIO DE JANEIRO	22790-679
73	PORTOBRAS	PORTO DE SEPETIBA	PORTO DE SEPETIBA	RIO DE JANEIRO	23826-590
74	PRAIA DO CANTO	ESTRADA DA BARRA DE GUARATIBA S/Nº (ESTRADA ROBERTO BURLEMARX, FINAL)	BARRA DE GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	23020-520

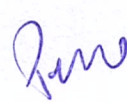
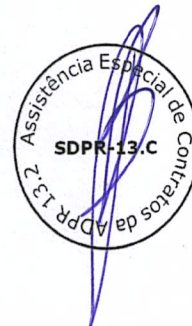
75	QUEBEC	ESTRADA DO ENGENHO NOVO, S/N (ESQ C/ RUA QUEBEC)	ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21635-001
76	RAJA GABAGLIA	Estrada da Uruganga, s/n - Esq. com Rua Prof. Fernando Raja Gabaglia	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22750-660
77	RESERVATORIO DE ANCHIETA	RUA CIPRIANO BARATA (PRACA GRANITO) COM RUA CALATEIA, 185	ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21620-190
78	RESERVATORIO VILA DA PENHA	RUA MAUES Nº 690	BRAZ DE PINA	RIO DE JANEIRO	21235-650
79	RUA DAS ROSAS	RUA DAS ROSAS E/F Nº 859	VILA VALQUEIRE	RIO DE JANEIRO	21321-240
80	SANTA MARIA	ESTRADA RIO PEQUENO, 521 (EF HOSP. SANTA MARIA)	JACAREPAGUA - CURICICA	RIO DE JANEIRO	22743-450
81	SARGENTO CORIOLANO	RUA SARGENTO CORIOLANO Nº 20	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	23045-450
82	SERNAMBI	Rua Sernambi S/N esquina com Estrada Pau Ferro, 131	PECHINCHA	RIO DE JANEIRO	21321-310
83	SILVESTRE FILIPE	RUA SILVESTRE FILIPE C/ RUA LUIS JOSE NETO JUNIOR	RICARDO DE ALBUQUERQUE	RIO DE JANEIRO	21635-430
84	SOBRAL	RUA JOSE BELO DE LIMA C/ AV MARECHAL FONTENELI	JARDIM SULACAP	RIO DE JANEIRO	21745-750
85	SOLDADO JOAO FRANCO	RUA SOLDADO JOAO FRANCO C/ ESTRADA RIO DO PAU	ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21655-640
86	SUICA CARIOCA	RUA PAULO EMILIO GOMES ESQU. C/ RUA CAMATIA	JACAREPAGUA - FREGUESIA	RIO DE JANEIRO	22743-450
87	TAPUIA	AVENIDA NAZARE, N 899 ESC/ RUA TAPUIA	ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21640-010
88	TEJO	RUA URUCUIA ESQUINA COM INHAMUNS	VILA VALQUEIRE	RIO DE JANEIRO	21321-310
89	TENENTE CORONEL MARTINEZ 1	RUA SOLDADO IVO DE OLIVEIRA C/ RUA A	VILA KOSMOS	RIO DE JANEIRO	21210-010
90	TENENTE CORONEL MARTINEZ 2	AV VICENTE DE CARVALHO Nº 1086	VILA KOSMOS	RIO DE JANEIRO	21210-024
91	TENENTE MANOEL BORGES	RUA TENENTE MANOEL BORGES C/ AV. NAZARETH	ANCHIETA	RIO DE JANEIRO	21645-625
92	TIBAGI	RUA TIBAGI, Nº 1.644 C/ RUA ANTONIO CANEDO	BANGU	RIO DE JANEIRO	21825-432
93	UCHOA CAVALCANTE	RUA CESARIO DE MELO C/ RUA UCHOA CAVALCANTI	CAMPO GRANDE	RIO DE JANEIRO	23085-260

94	VAZ LOBO	RUA ALECRIM Nº 1085 (DENTRO DA CEDAE)	VILA KOSMOS	RIO DE JANEIRO	21220-050
95	VENDINHA	ESTRADA DA BARRA DE GUARATIBA C/ ESTRADA VENDINHA (EST ROBERTO BURLEMARX, POSTE Nº 8300)	BARRA DE GUARATIBA	RIO DE JANEIRO	23020-255
96	VILA KENNEDY	RUA JOAQUIM CAMARA FERREIRA C/ AV. DOUTOR CASTOR DE ANDRADE	VILA KENNEDY	RIO DE JANEIRO	21850-180
97	VISCONDE DE SABOIA	RUA VISCONDE DE SABOIA C/ RUA DR ENALDO DOS SANTOS	CAVALCANTI	RIO DE JANEIRO	21370-220
98	VITOR BRECHERET	RUA VITOR BRECHERET EF 26 ESQU. C/ AVENIDA SANTA CRUZ	SANTISSIMO	RIO DE JANEIRO	23010-297



Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
 CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)



## ANEXO II

### ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

#### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços (ANS), o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- 13.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada deve ser feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.
- 13.3. As situações abrangidas pelo ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 13.4. A Contratante poderá alterar os procedimentos e a metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

#### 14. DO ESCOPO DO SERVIÇO

##### 14.1. Descrição dos Serviços.

- 14.1.1. Realização de todos os serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de elevatórias descritos na Planilha de Serviços da CEDAE, em conformidade com as especificações do Projeto Básico.

##### 14.2. Objetivos.

- 14.2.1. Fornecimento de serviços de apoio para as atividades de manutenção eletromecânica e civil realizadas pela Contratante em suas instalações, com qualidade adequada e no menor tempo

possível, a fim de alcançar as metas estabelecidas no Capítulo 2 (JUSTIFICATIVA DA CONTRATATAÇÃO) do Projeto Básico.

#### 14.3. Análise de Desempenho dos Serviços (Relatórios).

14.3.1. Para a permitir a análise de desempenho dos serviços executados deve ser estabelecido o controle de não conformidades observadas pela fiscalização, ou pelos seus prepostos, na execução dos serviços contratados. As não conformidades verificadas devem ser enquadradas em uma ou mais classificações apresentadas a seguir:

- a) não emissão de Ordem de Serviço para demandas encaminhadas pela Contratada;
- b) demora não justificada para o início das realizações dos serviços especificados nas OSs emitidas;
- c) demora não justificada para conclusão de serviços já iniciados;
- d) execução de serviços de forma incorreta;
- e) fornecimentos de materiais com qualidade duvidosa;
- f) demora não justificada para emissão dos relatórios e documentos exigidos no Projeto Básico e neste ANS.

14.3.2. As não conformidades apontadas devem ser caracterizadas pelo não atendimento das seguintes exigências:

- a) prazo para a emissão da OS – até 24 horas, contados a partir do recebimento da demanda apresentada pela Contratante;
- b) prazo para o início dos serviços especificados nas OSs emitidas – na mesma data de emissão da OS para serviços os emergenciais, 24 horas para serviços não emergenciais sem fornecimento de material e 72 horas para serviços não emergências com fornecimento de material, contados a partir da emissão da OS, considerando somente o horário comercial de dias úteis, isto é, intervalos entre jornadas de trabalho não devem ser contabilizados.

Os serviços emergenciais decorrem de paralizações de unidades operacionais da CEDAE que geram perda de adução imediata (paralisação total de elevatórias).  
Os serviços não emergenciais são aqueles que podem ser programados;

- c) o tempo de execução de cada serviço não deve ser superior ao valor apontado na respectiva composição de custos;
- d) os serviços devem ser executados observando as normas técnicas vigentes, as especificações dos fabricantes dos equipamentos, e não devem gerar sujeira no local nem danos ao patrimônio da Contratada;
- e) todos os materiais devem ser novos e possuir marca de conformidade com a ABNT. Também devem obedecer às especificações dos fabricantes dos equipamentos;
- f) prazo para emissão de relatórios mensais - 7 dias corridos, contados a partir do final de cada período de medição.

14.3.3. Cada não conformidade constatada pela fiscalização, ou pelos seus prepostos, deve ensejar a emissão de um Termo de Notificação pela Contratante, exigido a correção ou a justificativa para cada não conformidade.

14.3.4. Relatórios mensais devem ser emitidos para a apresentação das não conformidades apuradas, com as seguintes informações:

- a) órgão e nome do emissor de cada Termo de Notificação emitido para as não conformidades identificadas pela Contratante;
- b) data de emissão do Termo de Notificação;
- c) caracterização da não conformidade;
- d) aceitação, ou não, pela fiscalização da justificativa apresentada pela Contratada;
- e) número de não conformidades não justificadas, por Gerência;
- f) somatório das quantidades parciais de não conformidades não justificadas.

14.3.5. Define-se como “não conformidade não justificada” aquela para qual a Contratada não apresenta explicação plausível e, portanto, não poderá ser aceita pela fiscalização.

14.3.6. A quantidade de não conformidades identificadas pela Contratante, e não justificadas pela Contratada, definirá o indicador “Número de Não Conformidades”, descrito no Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) apresentado a seguir.

INDICADOR

Número de Não Conformidades	
Item	Descrição
Finalidade	Controle da qualidade e redução do tempo de atendimento para serviços de manutenção eletromecânica.
Meta a cumprir	até 10 não conformidades para cada Coordenação relacionada no Projeto Básico.
Instrumento de medição	quantidade de não conformidades observadas pela Contratante e não justificadas pela Contratada.
Forma de acompanhamento	Emissão de relatórios com as quantidades de não conformidades não justificadas.
Periodicidade	Relatórios mensais.
Mecanismo de cálculo	Somatório das não conformidades observadas e não justificadas.
Início de vigência	A partir da data de emissão da Ordem de Início.
Faixas de ajuste do pagamento	Ver item 3.2
Sanções	Ver item 3.3

#### 14.4. Comunicação.

14.4.1. As comunicações entre a Contratada e a Contratante devem ser realizadas por correspondência eletrônica ou por qualquer outro meio formal, não verbal, entre os responsáveis técnicos da Contratada e os fiscais que estarão sediados nas unidades operacionais relacionadas no Capítulo “PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO” do Projeto Básico.

14.4.2. Os nomes dos fiscais serão definidos na Ordem de Início a ser emitida após a assinatura do contrato, e seus números de telefones e endereços eletrônicos serão informados após a emissão da Ordem de Início.

14.4.3. A contratada deve fornecer idênticos meios de contato à Contratante, e ainda, por via presencial.

### 15. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

#### 15.1. Fiscalização do Contrato.

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.  
CEP 20.210-030 / [www.cedae.com.br](http://www.cedae.com.br)



15.1.1. Os procedimentos gerais de fiscalização do contrato são aqueles já previstos no Capítulo “PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO” do Projeto Básico.

15.1.2. Adicionalmente, a qualidade dos serviços prestados deve ser avaliada por meio do indicador “Número de Não Conformidades”.

15.1.3. Para cada violação dos limites estabelecidos no item 2.3.2 a fiscalização emitirá um Termo de Notificação por correspondência eletrônica, ou na forma impressa, solicitando explicações para a irregularidade verificada.

15.1.4. A Contratada deve apresentar, utilizando o mesmo meio de comunicação utilizado pela fiscalização, as suas justificativas no prazo de 24 horas e, caso sejam aceitas pela fiscalização, a respectiva não conformidade não deve ser utilizada para o cálculo do “Número de Não Conformidades” global, ou seja, somatório de todas as não conformidades apuradas no contrato.

15.1.5. Ao término de cada período de medição mensal, antes da apresentação da fatura, a Contratada deve enviar a fiscalização os relatórios citados no item 2.3.3, para identificação do “Número de Não Conformidades” global do período apurado. Havendo violações dos limites estabelecidos no item 2.3.2, a Contratada notificará a Contratante, por meio de documento impresso, a pontuação obtida pela Contratada e as adequações do pagamento que serão aplicadas pela Contratante.

15.1.6. Novamente, a Contratada poderá realizar o contraditório, por meio de documento impresso, para a apreciação da fiscalização.

## 15.2. Indicadores do Nível do Serviço Prestado.

15.2.1. A fiscalização, e/ou seus prepostos, devem avaliar a qualidade dos serviços executados e a sua tempestividade, portanto, para efeito de pontuação e de possíveis adequações de pagamento, a Contratante define o indicador “Número de Não Conformidades” já descrito.

15.2.2. As violações verificadas devem definir uma pontuação, diretamente proporcional a quantidade das não conformidades identificadas pela Contratante, que ensejará adequações dos pagamentos pelo não cumprimento das condições apresentadas no item 2.3.2.

A pontuação deve ser calculada com base nos seguintes critérios:

- a) até dez Não Conformidades por Coordenação indicada no Projeto Básico – 0 ponto;
- b) cinco Não Conformidades apuradas, ou fração, além das dez permitidas, por Coordenação – 5 pontos;
- c) total de pontos a ser considerado – somatório de todos os pontos gerados por todas as Coordenações.

### 15.3. Faixa de Ajuste no Pagamento.

15.3.1. A partir do somatório de pontos apurados pelos critérios definidos no item 3.2.2, ao final do período de cada medição, a Contratada irá aplicar o desconto de 1% ao valor da fatura mensal para cada ponto apurado.

Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E PRECISÃO", de que trata o Processo nº E-07/1100.782/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 27.300/2020.

#### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

##### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 04/02/2020

**DESIGNA JORGE LUIS VIEIRA SILVERIO**, Agente de Saneamento C, como Presidente, **PAULO VITOR SILVEIRA PRIMO**, Engenheiro B, e **WILSON VENTURA DA SILVA**, Agente de Saneamento G, como Membros Titulares e **EDUARDO ANIM MOTA LOPES**, Engenheiro B, como Membro suplente. Gerente do Contrato **DAMIAO BARBOSA**, Agente Administrativo F, e **KETILIN TUANY LIMA FRANCA**, Assessora Executiva, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELETROMECÂNICA E CIVIL, NAS ELEVATORIAS DE ÁGUA NA ÁREA FORMAL DA DRM de que trata o Processo nº E-12/800.047/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 27.301-00/2020.

Id: 2236146

Id: 2236166

#### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

##### ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 09/01/2020

**DESIGNA JOSÉ RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR**, Agente de Saneamento I, como Presidente, **JOSE ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS**, Técnico de Eletromecânica II, **MARCELO DIBE RODRIGUES**, Agente de Saneamento I, **SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO**, Agente de Saneamento I, **MARCIONI DE ALVARES LETIERI**, Engenheiro D, **FABIO DIAS BARROS**, Engenheiro D, **FERNANDO AUGUSTO DE ABREU ARRUDA**, Agente de Saneamento I, **RANIERI FELISBERTO NOGUEIRA**, Técnico Contabilidade II, e **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **TAYAN CHIMELLI VINAGRE**, Engenheiro B, como membro suplente. Gerente do Contrato **FERNANDO PEREIRA DE TOLEDO PAIVA CARVALHO**, Economista E e **JOSE JORGE DE SOUZA ROSSI**, Engenheiro C, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização, referente ao CONTRATO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES TANQUE, COM CAPACIDADE DE 10.000 E 20.000 LITROS PARA ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR - DI, de que trata o Processo nº E-17/1100.371-015. Ordem de Serviço P/FIS nº 23.301-02-00/2019 - Revoga O.S. 23.301-01.

\*Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 23/01/2020.

Id: 2236147

#### Secretaria de Estado de Fazenda

##### SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

##### APOSTILAS DA SUPERINTENDENTE DE 08/02/2019

**\*CONTRATO Nº 023/2018** - Tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/056/120/2017, fica alterada a titularidade do representante do Estado do Rio de Janeiro no Contrato nº 023/2018, celebrado com a empresa **LUKAUTO - COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA** EPP passando a consignar doravante como CONTRATANTE, a **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, inscrita no CNPJ nº 42.498.675/0001-52, sítio à Av. Presidente Vargas, nº 670 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, a partir de 01/01/2019.

**\*CONTRATO Nº 024/2018** - Tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/056/120/2017, fica alterada a titularidade do representante do Estado do Rio de Janeiro no Contrato nº 024/2018, celebrado com a empresa **DCD DISTRIBUIDORA COMERCIAL DE DESCARTÁVEL LTDA** passando a consignar doravante como CONTRATANTE, a **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, inscrita no CNPJ nº 42.498.675/0001-52, sítio à Av. Presidente Vargas, nº 670 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, a partir de 01/01/2019.

**\*CONTRATO Nº 025/2018** - Tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/056/120/2017, fica alterada a titularidade do representante do Estado do Rio de Janeiro no Contrato nº 025/2018, celebrado com a empresa **LUZCOLOR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME** passando a consignar doravante como CONTRATANTE, a **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, inscrita no CNPJ nº 42.498.675/0001-52, sítio à Av. Presidente Vargas, nº 670 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, a partir de 01/01/2019.

\*Omitidos no D.O. de 11/02/2019.

Id: 2235940

#### CORREGEDORIA TRIBUTÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

##### ATA DA 362ª SESSÃO DO COLEGIADO

No dia 04 de mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às 15h00min, reuniram-se na sede da Corregedoria Tributária de Controle Externo - CTCE, na Rua Buenos Aires, n. 68, 4º andar, nesta Capital, os membros do Colegiado da CTCE, o Procurador do Estado **PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA**, o Advogado **EDUARDO BOTELHO KIRALYHEGY** - OAB-RJ 114.461; e o Auditor Fiscal da Receita Estadual **ALVARO MARQUES NETO**. Aberta a sessão, o Colegiado aprovou, por unanimidade, o arquivamento do processo administrativo disciplinar de nº E-04/084/17/2019, em razão da notícia de falecimento do servidor público investigado, nos termos do art. 50, da Lei 5.427/09 c/c art. 107, I, do Código Penal, considerando o relatório conclusivo de fls. 12-13; II) o arquivamento do processo administrativo disciplinar de nº E-04/084/1/2018, em razão da prescrição da pretensão punitiva reconhecida na ação criminal nº 0318313-35.2017.8.19.0001, nos termos do art. 96, §1º, da Lei Complementar n. 69/1990 c/c art. 109, III, e art. 111, I, ambos do Código Penal, considerando a manifestação da Corregedoria-Auxiliar a fls. 399 e a promoção CTCE 4/2020-CDSCSL a fls. 400-404; III) o arquivamento do processo administrativo de sindicância de nº E-04/084/100003/2018, em razão da ausência de prejuízo ao Erário e da ausência de provas de materialidade do cometimento de falta funcional, considerando o relatório conclusivo de fls. 213-230 da Corregedoria-Auxiliar e a Promoção CTCE 01/2020-NCR a fls. 232-236; IV) o arquivamento do processo administrativo de nº E-04/014/512/2008, em razão da decisão judicial nos autos do processo 0304785-12.2009.8.19.0001, nos termos da Promoção CTCE 02/2020-CDSCSL a fls. 397-402; V) a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar os fatos tauração de processo administrativo disciplinar de nº E-04/084/17/2019, em razão da notícia de falecimento do servidor público investigado, nos termos do art. 50, da Lei 5.427/09 c/c art. 107, I, do Código Penal, considerando o relatório conclusivo de fls. 12-13; VI) a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos constantes nos autos de nº E-04/084/61/2019, e conexos, em razão de suposta reativação de sociedade empresária em desconformidade com os procedimentos da legislação tributária, conforme promoção CTCE 8/2019 - CDSCSL a fls. 111-120; VII) opinar pela aplicação da pena de **DEMISSÃO** ao servidor de ID 1941763-2, matrícula 294750-5, em razão do que consta no Processo Administrativo Disciplinar de nº E-04/084/209/2017, nos termos do relatório conclusivo da Comissão Processante a fls. 483 e segs. e do voto do Corregedor-Chefe Paulo Enrique Mainier de Oliveira, pelo conjunto de condutas enquadradas como improbidade funcional (art. 94, inciso III, da LC nº 69/90), nos termos previstos nos incisos I, VII e VIII, do art. 9º, da Lei Federal n. 8.429/1992, em razão de ter recebido, sem justificativa ou documentação comprobatória, por intermédio de pessoa jurídica da qual era sócio-administrador(R) R\$ 30.000,00, em 2015, de pessoa jurídica a quem presta estado serviço de assessoria econômica e financeira ("registro de estoques"), meses após ter executado ação fiscal sobre a mesma empresa; 2) R\$ 56.751,34, que foi depositado, em dinheiro, em depósitos

ocorridos em 2014; 3) R\$ 48.458,46, que foi depositado, em dinheiro, em depósitos ocorridos em 2015. Sobre a conduta de exercer atividade privada como sócio-administrador de empresa atacadista de bebidas ao mesmo tempo em que exerce as funções mencionadas, o Colegiado entende, por unanimidade, que cabe arquivamento, no presente momento, por falta de provas de que a empresa tenha funcionado no período. Em relação à 2ª parte do voto, o Colegiado delibera, por unanimidade, pelo sobreseimento da análise dos fatos mencionados, tendo em vista que a decisão final do Governador é questão prejudicial à deliberação sobre o conjunto dos referidos fatos mencionados na 2ª parte do voto; VIII) aplicar a pena de suspensão de 10 (dez) dias ao servidor de ID 4.355.020-0, matrícula 953.614-3, em razão do que consta no Processo Administrativo Disciplinar de nº E-04/084/100007/2018, por violação intencional do dever funcional, nos moldes do art. 93, I, da Lei Complementar n. 69/90, nos termos do relatório conclusivo da Comissão Processante a fls. 213-227, da promoção CTCE 2/2020-RBMN a fls. 228-235 e do voto do Corregedor-Chefe Paulo Enrique Mainier de Oliveira a fls. 236-239, por não ter seguido as orientações de caráter vinculativo (e não discricionário) contidas no roteiro do Programa de Fiscalização para execução de 3 (três) ações fiscais, levando em consideração o Auditor Fiscal se orientou de forma diferente na execução de fiscalização em outro controle, mesmo tratando-se de roteiro do mesmo tipo realizado na mesma época, descumprindo os arts. 60, I e II, da Lei Complementar n. 69/1990 e os arts. 3º e 142, p. 1º, do CTN. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo Corregedor-Chefe e pelos Corregedores membros do Colegiado da Corregedoria Tributária de Controle Externo-CTCE.

**PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA**  
Procurador do Estado  
Corregedor-Chefe

**EDUARDO BOTELHO KIRALYHEGY**  
Representante da OAB/RJ

**ALVARO MARQUES NETO**  
Representante dos Auditores Fiscais da Receita Estadual

Id: 2235996

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

##### Decisões proferidas na Sessão Ordinária do dia 24/09/2019

Recursos nºs 71.777, 72.287, 72.290 e 72.291. - Processos nºs E04/044/256/2017, E04/044/32/2018, E04/044/28/2018 e E04/044/30/2018. - Recorrente: CRBS S/A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Marcelo Fernandes Leal. - DECISÃO: Pelo voto de qualidade, foi dado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Os Conselheiros Alvaro Marques Neto e Gustavo Mendes Moura Pimentel foram vencidos por votarem pelo desprovisionamento do recurso. - Acórdãos nºs 17.701, 17.702, 17.703 e 17.704. - EMENTA: PRELIMINAR DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. Presentes nos autos elementos suficientes para decidir o julgamento não está obrigado a deferir o pedido de produção de prova pericial, quando considerá-la desnecessária incorre em prejuízo ao direito de defesa. INDEFERIDO O PEDIDO DE PERÍCIA. DÉBITO DE ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RESOLUÇÃO QUE ALTERA BASE DE CÁLCULO DE TRIBUTO EM DESACORDO COM LEI ORDINÁRIA. NULIDADE MATERIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO. Incorre em vício insanável de legalidade o art. 1º, § 1º, inciso II, da Resolução SEFAZ nº 53, de 27 de abril de 2017 ao tentar despor sobre a base de cálculo da Substituição Tributária do ICMS nas operações com cerveja, chope, água mineral, refrigerantes, bebidas hidroeletrólíticas (isotônicas) e energéticas em desacordo com o previsto art. 24 da Lei Estadual nº 2057, de 26 de dezembro de 1996. AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

##### Decisão proferida na Sessão Ordinária do dia 25/04/2019

Recurso nº 71.421. - Processo nº E-04/008/2782/2016. - Recorrente: POSTO SERVICENTRO CARNEIRO LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araújo Jorge. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi dado provimento parcial ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 17.480. - EMENTA: ICMS - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO DE IMPOSTO. PARCELA REFERENTE AOS VALORES SUPERIORES À ALÍQUOTA GERAL (18%). INAPLICÁVEL A PENALIDADE DIANTE DA COBERTURA JUDICIAL. Não há que se cogitar da aplicação de qualquer penalidade em razão da cobertura judicial adquirida pelo Contribuinte por força da decisão favorável em primeira instância, confirmada pelo TJ/RJ. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

##### Decisão proferida na Sessão Ordinária do dia 17/12/2019

Recurso nº 66.361. - Processo nº E-04/040/1039/2015. - Recorrente: CALÇADOS IAPUÁ S/A. CISA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Luiz Carlos Sampaio Alonso. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi acatada a preliminar de nulidade do auto de infração por vício material, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 17.868. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Mantida a decisão do julgador de Primeira Instância, que julgou nulo o lançamento. Nulidade confirmada. Cabe registrar que o vício que ensejou a nulidade é de caráter material, e não de caráter formal afirmado na decisão recorrida. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

##### Decisão proferida na Sessão Ordinária do dia 07/01/2020

Recurso nº 73.456. - Processo nº E-04/024/8595/2017. - Recorrente: SOUZA CRUZ LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi dado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 17.888. - EMENTA: ICMS. MULTA FORMAL. DOCUMENTO FISCAL INDÔNÉO. Restou comprovado nos autos que o contribuinte possui Regime Especial, nº 60/2015, e que suas operações observam a Resolução SEFCON 53/2010, AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO IMPROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

##### Decisão proferida na Sessão Ordinária do dia 07/01/2020

Recurso nº 73.921. - Processo nº E-04/022/2081/2017. - Recorrente: W3 CMR ARTIGOS PARA VETERINÁRIOS E AGRÍCOLAS LTDA ME. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araújo Jorge. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, pelo voto de qualidade, foi negado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Alvaro Marques Neto designado Relator, vencidos os Conselheiros Ricardo Garcia de Araújo Jorge e Marcelo Fernandes Leal que deram provimento ao recurso. - Acórdão nº 17.889. - EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. NULIDADE DO LANÇAMENTO. Não se vislumbrando no lançamento de ofício nenhuma das hipóteses previstas nos incisos dos artigos 225, dos artigos 225, do Decreto-Lei nº 05/75, e 48, do Decreto nº 247379, que justifiquem acolhimento da nulidade alegada. PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA POR UNANIMIDADE. - MÉRITO. As diferenças apuradas entre os montantes infor-

mados pelas administradoras de cartão de crédito - decorrentes das vendas efetuadas por contribuinte que exerce atividade econômica sujeita ao ICMS - e a receita do estabelecimento por ele declarada ao Fisco, finaliza-se de forma inequívoca, a omissão de receita relativa a vendas de mercadorias. A recorrente não trouxe aos autos quaisquer razões ou elementos de prova capazes de ilidir a acusação fiscal. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

##### Decisões proferidas na Sessão Ordinária do dia 21/01/2020

Recurso nº 70.250. - Processo nº E-04/003/1915/2016. - Recorrente: BAZAR SAMAMBAIA LTDA-EPP. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Alvaro Marques Neto. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. No mérito, por unanimidade de votos, foi dado provimento parcial ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 17.910. - EMENTA: ICMS. EXCLUSÃO DO REGIME DO SIMPLES NACIONAL COM EFEITOS RETROATIVOS. DEBÍTO DE RECOLHER O IMPOSTO PELO REGIME NORMAL DE APLICAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. A lavratura do Auto de Infração prescinde de prévia intimação do sujeito passivo para que apresente documentos fiscais ou saciamentos, caso a autoridade lançadora entenda deter elementos suficientes para a constituição do crédito tributário. Os princípios da ampla defesa e do contraditório são assegurados a partir da instauração do processo administrativo-tributário, que se dá com a formalização do lançamento de ofício, momento em que o contribuinte pode apresentar impugnação, impugnando a fase litigiosa. Preliminar de nulidade rejeitada. MÉRITO. Acusação fiscal atinente à falta de recolhimento, pela recorrente, do ICMS concernente a operações de vendas de mercadorias tributadas pelo regime normal de tributação, por força de sua exclusão de ofício, com efeitos retroativos, do regime do Simples Nacional. Devem ser excluídas da base de imposto do ICMS apurado - e, por conseguinte, do respectivo adicional destinado ao FIEP - as receitas decorrentes de vendas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, informadas em campo próprio das declarações fiscais relativas ao Simples Nacional. Também devem ser deduzidos dos montantes de imposto lançados, por período de apuração, os respectivos valores de ICMS efetivamente pagos por meio do regime do Simples Nacional. Princípio da não-cumulatividade. Violação não configurada. O direito ao crédito de imposto está condicionado à regular escrituração da documentação, nos prazos e condições estabelecidos na legislação. art. 34, caput, da Lei nº 2.657/96. Condição não cumprida. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Recurso nº 75.071. - Processo nº E-04/57422/2008. - Recorrente: REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 17.915. - EMENTA: PRECATÓRIOS - LIQUIDACÃO DE DÉBITO FISCAL O art. 100, §9º da CRFB/88, foi declarado inconstitucional pelo STF, quando do julgamento das ADIs 4.357 e 4.425. O artigo 12 da Lei nº 6.136/11, determina que apreciação do requerimento de compensação, será dirigido ao Procurador-Geral do Estado, sendo pessoa capaz para apreciar o pedido formulado. O Estado, sendo pessoa capaz para apreciar o pedido formulado, não há que se cogitar da aplicação de qualquer penalidade em razão da cobertura judicial adquirida pelo Contribuinte por força da decisão favorável em primeira instância, confirmada pelo TJ/RJ. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Recurso nº 72.629. - Processo nº E-04/005/636/2016. - Recorrente: DOMO COMÉRCIO DA MODA LTDA. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, acatou a preliminar de nulidade do lançamento por vício material, suscitada pelo Relator. - Acórdão nº 17.916. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. DEIXAR DE GUARDAR DOCUMENTAÇÃO FISCAL PELO PRAZO DECADECENAL. O lançamento é nulo quando não consignar a penalidade correta à infração toda como incorrida. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO NULO. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspeção de origem.

Id: 2235900

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA

##### Decisões proferidas na 4.161ª Sessão Ordinária do dia 04/02/2020

Recurso nº 75.181. - Processo nº E-04/211/12278/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: RLUX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Relatora: Conselheira Gisela Pimenta Gadelha. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de Ofício, nos termos do voto da Conselheira Gisela. - Acórdão nº 18.734. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº 75.301. - Processo nº E-04/211/100204/2018. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: ALIANÇA DE REVISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - Relatora: Conselheira Gisela Pimenta Gadelha. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto da Conselheira. - Acórdão nº 18.735. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº 75.012. - Processo nº E-04/037/277/2016. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - Relatora: Conselheira Gisela Pimenta Gadelha. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto da Conselheira. - Acórdão nº 18.736. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Id: 2235964

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA

##### Decisões proferidas na 4.162ª Sessão Ordinária do dia 05/02/2020

Recurso nº 75.250. - Processo nº E-04/211/15390/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto da Conselheira relatora. - Acórdão nº 18.737. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº 75.277. - Processo nº E-04/211/12946/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SAMARIDA COMERCIAL DE MODAS LTDA. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto da Conselheira relatora. - Acórdão nº 18.738. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recurso nº 75.234. - Processo nº E-04/211/18265/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SAMARIDA COMÉRCIO DE MODAS LTDA. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto da Conselheira Relatora. - Acórdão nº 18.739. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Mantida a decisão do julgador de Primeira Instância, que julgou

AVISOS, EDITAIS E  
TERMOS DE CONTRATOSSecretaria de Estado da  
Casa Civil e Governança

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## AVISOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

O PREGOEIRO DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IOERJ, no uso de suas atribuições comunicamos aos interessados que o Pregão nº 001/2020, fora considerado FRACASSADO quanto aos itens 1 e 2, e DESERTO quanto aos itens 3 e 4, pela ausência de licitantes interessados. Processo nº E-12/079/0660/2019.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020

O PREGOEIRO DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 002/2020, fora considerado DESERTO pela ausência de licitantes interessados. Processo nº E-12/079/0616/2019.

Id: 2236310

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRORETIFICAÇÃO  
D.O. DE 05/12/2019  
PÁGINA 45 - 3ª COLUNA

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº E-12/078/2325/2014.

Onde se lê: OBJETO: A redução do valor mensal, a partir do mês de setembro de 2019, no percentual de 10 (dez por cento) ao pactuado no Segundo Termo Aditivo nº 018/2018 ao Contrato nº 001/2015.

Leia-se: OBJETO: A redução do valor mensal, a partir do mês de setembro de 2019, no percentual de 10 (dez por cento) ao pactuado no Segundo Termo Aditivo nº 019/2018 ao Contrato nº 001/2015.

Id: 2236103

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,  
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES  
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO DE PREGÃO

## AVISO

A EQUIPE DE PREGÃO ELETRÔNICO DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISA E FORMAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO torna público que, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Estadual nº 31.864/02 e da Lei Federal nº 8.666/93 fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro / SIGA a licitação, abaixo mencionada:

Pregão Eletrônico nº 001/2020

**Tipo:** Menor Preço Global por Lote  
**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de pessoas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, para atender às necessidades da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ).

**Limite de acolhimento das propostas:** 19/02/2020 às 10h.  
**Data de abertura e realização do pregão:** 19/02/2020, às 11h.  
**Processo Administrativo nº:** SEI-12/218/000003/2019

O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados cadastrados no sistema eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no site da CEPERJ [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br), onde poderão obter todas as informações sobre a Licitação. Maiores informações poderão ser solicitadas através do e-mail [pregao@ceperj.rj.gov.br](mailto:pregao@ceperj.rj.gov.br) ou pelos telefones (021) 2334-7146.

Id: 2236266

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 189/2019 (DRM).  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CRATER CONSTRUÇÕES LTDA.  
**OBJETO:** "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELETROMECÂNICA E CIVIL NAS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA NA ÁREA FORMAL DA DRM".

**PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 5.492.283,44 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil duzentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 04/02/2020.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-12/800.047/2019 (DL nº 016/2019 - DRM).

Id: 2236167

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 010/2018 (DF).  
**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SR. EDGAR DE CARVALHO JUNIOR.  
**OBJETO:** "prorrogação do prazo contratual".  
**PRAZO:** 12 (doze) meses.  
**VALOR TOTAL:** Sem alteração do valor contratual.  
**DATA DE ASSINATURA:** 04/02/2020.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº Processo nº E-07/100.201/2017 (Credenciamento nº 001/2017).

Id: 2236215

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** LI Nº 021/2019-ADPR-31  
**OBJETO:** "OBRA DE MELHORIA OPERACIONAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA PARA AS LOCALIDADES DE VILA IARA E BOAÇU - SÃO GONÇALO".  
**DIA:** 06/03/2020 - HORÁRIO: 11:00 h  
**LOCAL:** Av. Presidente Vargas, nº 2655 - Térreo - Sala de Licitações

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), podendo alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², no endereço supramencionado, onde os interessados também poderão obter todas as informações sobre a licitação, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h ou pelo telefone (XX) 21 2332-3837.

Id: 2236133

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DE DUQUE DE CAXIAS - AFR-17.01

## EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL - DUQUE DE CAXIAS - AFR 1701, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do contribuinte responsável pela firma, endereço citada, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data desta publicação. O processo encontra-se no setor Cadastro desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmor nº 383, 3.º Andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo nº E-04/016/1473/2019

Razão Social FÊNIX TRANSPORTE AMBIENTAL EIRELI  
CNPJ: 13.167.015/0002-71

Assunto: Inscrição

Endereço: AL CALHEIROS DA GRAÇA 85 JARDIM PRIMAVERA - DUQUE DE CAXIAS - RJ - 25215-230

Processo nº E-04/024/480/2018

Razão Social FARMÁCIA CENTRAL NI EIRELI

Inscrição Estadual: 86.073.07-2

Assunto: Impedimento

Endereço: PRC LIBERDADE 88, Centro - Nova Iguaçu - RJ - BRASIL - 26210-050

Processo nº E-04/016/1526/2019

Razão Social FOX DO PILAR CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA

Inscrição Estadual: 79.067.46-6

Assunto: Reativação

Endereço: RUA FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS 67, PARTE PL-LAR - Duque de Caxias - RJ - BRASIL - 25233-420

Processo nº E-04/024/241/2019

Razão Social RECUPERADORA CHRISTON DE MÁQUINAS E COMERCIAL LTDA

Inscrição Estadual: 76.097.63-1

Assunto: Simples Nacional

Endereço: RUA PROFESSOR HELENO CLAUDIO FRAGOSO, 371 Moqueta - Nova Iguaçu - RJ - BRASIL - 26252-011

Processo nº E-04/016/1137/2019

Razão Social TAG INDUSTRIA E LAMINAÇÃO LTDA

CNPJ: 33.233.778/0003-61

Assunto: Inscrição Estadual

Endereço: RUA ERNESTO CARDOSO 468 GALPÃO Centro - Nilópolis - RJ - BRASIL - 26255-424

Id: 2236009

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL REGIONAL - AFR 64.09 - IRAJA

## EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR 64.09, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que o requerente não foi encontrado em seu domicílio, comunica ao contribuinte, abaixo mencionado, a emissão da Intimação nº 524243-90/2 cuja ciência se efetivará 15 dias após a publicação deste Edital, nos termos do artigo 38, inciso IV do Decreto Estadual nº 2473/79. Cabe ressaltar que o descumprimento à 2ª intimação caracterizará recusa do contribuinte, contra ele fará prova nos termos do artigo 7º, § 3º do Livro XVI do RICMS RJ.

RAZÃO SOCIAL LUCKY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 83.918.926

CNPJ Nº 35.890.948/0001-55

PROG. FISC. 08DILUJR

PERÍODO DE FISCALIZAÇÃO: 01/01/1995 A 31/12/1996

INTIMAÇÃO Nº 524243-90/2

Intimado a apresentar na AFR 64.09 localizada na Avenida Erasmo Braga 118 - 2º andar, no prazo de 05 dias úteis os seguintes documentos:

Registro de Entradas  
Registro de Saídas  
Registro de Apuração de ICMS  
Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência  
Livro Diário  
Livro Caixa  
Documentos Fiscais de Entrada  
Documentos Fiscais de Saída  
Id: 4384676-9

Id: 2236010

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Energia e Relações Internacionais

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio.

PARTES: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

OBJETO: A JUCERJA disponibilizará ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, procedimento de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados, mediante acesso à internet.

DATA DA ASSINATURA: 22 de janeiro de 2020.

VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

FUNDAMENTO DO ATO: Lei nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-22/011/000258/2019.

Id: 2236211

LOTARIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2018

PARTES: LOTARIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ e a EMPRESA FINGERPRINT PROCESSAMENTO DE DADOS, GRÁFICA, EDITORA E REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a redução do valor unitário do milheiro de bilhetes de Loteria Convencional de Múltiplas Chances sem alteração na quantidade contratada, havendo plena concordância das partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público e a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 001/2018.

VALOR DO TERMO ADITIVO: R\$ 5.791.500,00 (cinco milhões, setecentos e noventa e um mil quinhentos reais) totalizando o contrato o valor de R\$ 18.595.763,80 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil setecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis) meses.  
FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

PROCESSO Nº E-12/080/398/2017.

Id: 2236162

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** TERMO ADITIVO I AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2019. PARTES: CEHAB-RJ e a Empresa ESPECIALIZADA TERCEIRIZAÇÃO EIRELI. **OBJETO:** Alteração da Cláusula Sétima ao valor total do contrato originário, vez que a CEHAB-RJ está incluída no Lote 05 da Ata de Registro de Preço nº 4, do Governo do Estado do Rio de Janeiro. **PRAZO:** Cláusula Terceira. **VALOR:** R\$ 219.038,64 (duzentos e dezoito mil trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos). **FUNDAMENTO:** Despacho exarado no Processo nº E-33/011/1229/2019, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal 8666/1993, Lei Estadual nº 287/1979, e Decreto Estadual nº 3.149/1980 DATA DA ASSINATURA: 30/01/2020. **REGISTRO INTERNO** Nº 005/2020.

Id: 2236163

COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

## AVISO

A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - CEHAB-RJ comunica que o valor estimado para o PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 027/2019 passa a ser de R\$ 66.128.528,78 Ficam mantidas as datas de 06/03/2020, às 11:00 horas, para realização do certame, a visita técnica dia 04/03/2020 das 11:00h às 12:00h e a venda do Edital até o dia 04/03/2020. O Edital poderá ser retirado mediante permuta de 05 (cinco) resmas de papel A4 - 90 gramas, na Avenida Carlos Peixoto, nº 54, Ala 701 - Botafogo - Serviço de Licitação, sendo obrigatória a apresentação do carimbo da empresa.

Id: 2236187

Secretaria de Estado de Polícia Militar

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2018. (COM RENÚNCIA DE REAJUSTE). PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e a empresa MORAESCAR AUTO CENTER LTDA ME. **OBJETO:** Prorrogação de prazo com renúncia de reajuste. **VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS:** R\$ 144.095,04. **VALOR DO ADITIVO** (cento e quarenta e quatro mil noventa e cinco reais e quatro centavos), totalizando o contrato no valor de R\$ 864.570,24, referente à soma dos aditivos com o contrato original (oitocentos e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta reais e vinte e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 07/02/2020. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses a contar de 08/02/2020. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-09/094/883/2016.

Id: 2236269

Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 004/2020.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa AUTÁRQUICA COMERCIO E SAÚDE ANIMAL LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição Ração Canina (adulto e filhote).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no DOERJ.

VALOR TOTAL: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).  
DATA DA ASSINATURA: 29/01/2020.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: 1º Ten. BM QOS/ENF/09 FABIANA CHRISTINA GUIMARÃES FRANCO, RG 48107.

MEMBROS: 1º TEN BM QOC/12 DIALMA DE FIGUEIREDO JUNIOR, RG 48076; 1º TEN BM QOC/14 WILLIAN JOSÉ PELLERANO, RG 49198.

MEMBRO SUBSTITUTO: 1º SGT BM Q00/98 ALEXANDRE PAULA DE OLIVEIRA, RG 23781.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-27/042/64/2019.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 003/2020.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de manutenção corretiva com fornecimento de peças (módulo eletrônico SPCU Pulsera e Energy Store Battery Pack) com a finalidade de reparar o equipamento Arco C-RVPULSERA da marca Philips instalado no Hospital Central Aristarco Passos - HCAP, conforme Termo de Referência.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no DOERJ.

VALOR TOTAL: R\$ 80.296,90 (oitenta mil duzentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: MAJ BM QOS/Med/00 Josiani Bastos Gomes RG 28.347.

MEMBROS: MAJ BM QOS/Med/00 Daniela Maciel Salgado, RG 28.203; CB BM Q06/Ter/08 Douglas Fernando Mello Dias da Rosa RG 42.297.

MEMBRO SUBSTITUTO: SUBTEN BM Q11/94 Cristina dos Santos Ribeiro, RG 18.533.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº SEI-27/132/000500/2019.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 99/2019.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A.

OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento parcelado de combustíveis com controle e gestão do abastecimento de frota, mediante solução tecnológica sem intervenção humana, por intermédio de postos internos e postos externos credenciados.

VIGÊNCIA: A contar de 19/12/2019.

VALOR: de R\$ 13.710.676,00 (treze milhões, setecentos e dez mil seiscentos e setenta e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2019.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Cap BM QOC/09 Afonso Ribeiro Travassos, RG: 45.333.

MEMBROS: 1º SGT BM Q00/98 Leonardo Jorge Cypriano de Oliveira, RG: 24.104, 2º SGT BM Q00/00 Marcelo Batista da Rocha, RG: 27.470.

MEMBRO SUBSTITUTO: 1º SGT BM Q00/98 Jose Londe de Freitas, RG: 24.077.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº SEI-27/042/003281/2019.

\* Omitido no DOERJ de 06/01/2020.

Id: 2235969

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 92/2015.  
**PARTES:** Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa SISGRAPH LTDA.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato